a Palavra e o Tempo

A CULTURA É HOJE PÃO

a distribuir a todos os homens
a criar relações de solidariedade
a construir o Reino de Deus

sumário

condicionalismos da cultura portuguesa

10 **Alguns factores económicos sua incidência na situação cultural portuguesa** — N. S.

20 **A Imprensa expressão do desenvolvimento cultural** — JOÃO GOMES

23 **A escola elemento base da formação duma cultura** — RUI GRÁCIO

o novo sentido da cultura

27 **O que significa hoje viver a cultura** — P. HAUBTMANN

factores duma promoção cultural

38 **Educação de base** — MARIA JUSTINA FONSECA

41 **Nota sobre o aspecto social da cultura**

responsabilidades da Igreja

46 **Estrutura da Igreja e cultura operária** — MARIA ELISA SALRETA

51 **Dinâmica cristã da cultura no mundo actual** — ACÁCIO F. CATARINO

55 **Uma experiência de reemparcelamento** — JOSÉ NUNES MELRO

56 **A Igreja e os seus colégios** — JOÃO SEABRA

59 **A Imprensa católica em Portugal** — P. JARDIM

71 **Culto e cultura** — D. ÂNGELO DE OLIVEIRA

a palavra e o tempo

Revista trimestral
dos alunos do Seminário dos Olivais

N.º 4 — 1967 — 2.ª Série — Ano XXI

Director e Editor: Ernesto Costa Fernandes — *Redacção:* Manuel Mendes Mourão, João José Lobato, José Luís Seruya, Sérgio Contreiras, Dário Lourenço, António M. Pedro, Jorge Vala, Guilherme Keck Peixoto, António Castanheira — *Administração:* Luís Osório Gonçalves, Victor Moita, José Manuel da Silva, José Maria Rego, Ventura Rodrigues, João Violante, Carlos Alberto de Oliveira, José Alberto Pais, Bernardino Henriques, Manuel Reis, Manuel Freitas Gil, José Luzia Gonçalves, Vítor António, António Coelho, António Fortunato, José Guerra, José Alexandre Baptista, Peter Stilwell, Luís Januário Vieira — *Maquetas:* José João Marcos — *Capa de* José Lameiras — *Proprietário:* Seminário dos Olivais — Lisboa-6.

(Com as devidas licenças eclesiásticas)

Avulso: [illegible] — Assinatura anual: [illegible] — Estrangeiro [illegible] USA

Composto e impresso na Gráfica Santelmo, Lda. — Lisboa

DE MÊS A MÊS



Uma revista NOVA para todos

QUER

- mostrar o mundo em evolução
- sugerir um optimismo responsável
- unir jovens e adultos na consciencialização de problemas comuns
- atender às interrogações do nosso tempo de modo a despertar no leitor o sentido universal do Homem
- levá-lo a PENSAR e DECIDIR autònomamente
- lembrar-lhe que não está só no mundo e que, sem os outros, ele nada é.

ASSINATURAS: **Editorial PÓRTICO**

R. Dr. Júlio Dantas, 4 - LISBOA-1

editorial

Sentimos com a Igreja a necessidade de falar de «Cultura»
Mas foi a vossa resposta ao inquérito que determinou a nossa e
colha.

A Igreja animada pela força do Espírito soube, no Concíli
confrontar a sua fé não só com a mensagem de Jesus mas tambén
com o mundo de hoje. A sua fidelidade ao Evangelho levou-a
olhar os homens deste tempo e a escutar os seus apelos de vida
de verdade, a escutar o seu apelo de cultura.

O Concílio convida-nos a trabalhar com afinco... para que u
grande número não esteja impedido, pelo analfabetismo e pela a
sência de actividade responsável, de cooperar para o bem comu
de uma maneira verdadeiramente humana» (G. et Spes 60/1

Voltados para «as coisas que são do alto», a nós cristãos ca
por isso mesmo, com mais responsabilidade, trabalhar com tod
os homens na construção de um mundo mais humano, na re-cr
ção de todas as coisas, no fazer com que o Verbo de Deus que
está no mundo seja a luz que ilumine todos os homens e a for
que os reúna como família de Deus pelo serviço uns dos outros.

Cumprir o grande mandamento de Cristo — entregar-se ao serviço dos seus irmãos — é fardo pesado, porque é entregar-se ao serviço dos mais pobres, dos sem cultura. A Gaudium et Spes (60/3) refere-nos, numa breve leitura, a situação de indigência cultural em que se encontram ainda hoje, muitos homens — «existem, por vezes, condições de vida e de trabalho que impedem os esforços culturais dos homens e destroem neles o interesse pela cultura. Isso é particularmente válido para os agricultores e operários, aos quais é preciso assegurar condições de trabalho tais que os não impeçam de se cultivarem, antes os estimulem a isso. As mulheres trabalham já em quase todos os sectores de actividade; convém todavia que possam assumir plenamente a sua função segundo as suas próprias aptidões. Compete a todos reconhecer e promover a participação específica e necessária das mulheres na vida cultural.»

Servir os mais pobres é simultâneamente reconhecer o direito irrecusável que cada um tem de crescer em humanidade e fazer despertar em cada um o dever que tem de se cultivar e de ajudar os outros a fazê-lo.

A palavra que anunciamos é uma palavra modesta, porque cheia de limites, os limites de quem pretende ler, interpretar e

propor perspectivas de reforma à situação da cultura entre nó
Mas é palavra de boa-vontade porque carregada de procura de fid
lidade ao Evangelho de Jesus Cristo que nos manda entregarmo-n
ao serviço de distribuir o pão da cultura a todos os portugueses
Aproveitemos esta palavra como lugar de encontro, de conhe
mento e de acção, e não como lugar de divisão. É necessário q
em comum procuremos realizar as «reformas urgentes» para dar
cada um o pão do espírito, a força e o sentido humano e tran
cendente da vida. Fazer da cultura pão quotidiano é dar a ca
um lugar para que no encontro com a verdade da vida abra o co
ção Àquele que faz de cada homem, outro homem, e dos home
em comunhão, Reino de Deus. A cultura é deste modo camin
para a fé, atinge a sua plenitude quando a expressão humana se f
expressão teologal.

No Ano da Fé a «Palavra e o Tempo» não podia deixar
completar o presente número com um número sobre a fé. Agu
demo-lo.

sumário do próximo número: A FÉ

I — A sociedade portuguesa vive da Fé

na vida familiar,
na promoção humana das pessoas,
na repartição das riquezas do país,
no desejo de promover a paz?

Alguns factores da descristianização da nossa sociedade nos dois últimos séculos

II — A Fé — sua expressão no nosso tempo

III — A Igreja em Portugal e a proclamação da Fé

a) as atitudes proféticas do povo de Deus hoje
b) as crises de fé no interior da Igreja instituição-acontecimento
c) a importância dos grupos na vida eclesial
d) a transmissão da imagem de Deus aos que entram na comunidade dos cristãos
e) o encontro pessoal com Cristo no nosso mundo

DILSAR SARL

ao serviço da cultura portuguesa

distribuidores de livros editados por

LIVRARIA MORAIS EDITORA
FUNDO DE CULTURA SA
EDITORA MESTRE JON
LIVRARIA AGIR
LIVRARIA DUAS CIDADES
EDITIONS DU SEUIL
WARGAND SA
EDITORA CULTRIX

DILSAR SARL

livros ao mais alto nível

Mais de um milhão de livros em armazém. Mais de mil títulos.

DILSAR SARL

Visite os nossos armazéns à Rua São Filipe de Neri (ao Rato) 37-A LISBOA

DILSAR SARL

Pergunte as condições para se tornar nosso accionista, colaborando numa casa a quem apenas a difusão do livro de qualidade interessa.

Condicionalismos da Cultura Portuguesa

O progresso tornou-se um valor-chave da civilização, e todas as criações dos homens, em qualquer domínio que seja, estão ao seu serviço. O homem é cada vez mais capaz de transformar o mundo segundo os seus planos: ao mesmo tempo cria imensos problemas. As transformações do mundo influenciam as relações humanas e, o que é mais importante, introduzem modificações na escala dos valores.

Ao iniciar um número sobre a cultura, pretendemos encontrar algumas condições que estão postas ao progresso cultural do país.

1 ALGUNS FACTORES ECONÓMICOS

Sua incidência na situação cultural portugues

CULTURA E ESTRUTURAS ECONÓMICO-SOCIAIS

1. Qualquer tentativa de esquematizar os factores económicc que podem contribuir para a situação cultural portuguesa — ou d qualquer outro país — incorre provàvelmente em dois riscos. Em pr meiro lugar, torna-se, evidentemente, impossível através de uma visã sumária relativa a uma ou poucas dezenas de elementos, expressa uma realidade muito mais complexa e dificilmente redutível a foi mulações esquemáticas.

Uma segunda dificuldade mais profunda, deriva do perigo de s tender a considerar um único sentido nas relações de causalidade. O efeitos das estruturas, das condições, das próprias atitudes económica não podem deixar em todas as sociedades de influir nos valores e na atitudes culturais. Inversamente, contudo, as realidades culturais d qualquer país têm em cada momento e ao longo de várias épocas, refle xos nas condições económicas bem mais fundos do que, muitas vezes primeira vista, é usual aceitar-se. Situações de subdesenvolvimento ou de desigualdade económica podem proporcionar a base de carências d instrução ou de culturas socialmente estratificadas. Mas também pode reconhecer-se que sociedades depositárias de sistemas culturai obscurantistas, conservadores ou aristocratizantes, dificilmente verã desenvolver-se fáceis processos de desenvolvimento económico ou d progresso social. Procurar atribuir a qualquer destas duas realidade posição de causa ou de efeito não parece que possa levar a esquema proveitosos que, mais provàvelmente, encontraremos pela via, já tra dicional, dos esquemas de inter-relação e causalidade mútua.

SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA

2. É hoje unânimamente reconhecido que a situação económica portuguesa corresponde, na escala mundial, a uma posição intermédia de desenvolvimento, mas que dentro da Europa se traduz por uma posição no extremo inferior da escala correspondente aos níveis de produtividade e às condições de vida.

Quer em relação às condições de produção, quer quanto aos indicadores de bem-estar económico, os valores relativos a Portugal aparecem sistemàticamente inferiores e a larga distância dos que se referem às nações mais industrializadas do norte e do centro da Europa e apenas comparáveis aos de alguns outros países do Sul, embora, mesmo quanto a estes também, regra geral, em situação de desfavor.

Alguns índices

Com efeito, o índice de síntese que habitualmente se usa — capitação do produto nacional — era em Portugal no ano de 1963 de 14 contos, enquanto que na Europa ocidental se aproximava dos 45 mil escudos e mesmo na Itália era de 29 contos, na Espanha de 17 e na Grécia de 18 (valores calculados entrando em conta com os diferentes poderes de compra das várias moedas nacionais).

Nos diferentes aspectos das condições de vida os indicadores disponíveis traduzem idêntica posição relativa, conforme se pode ver pelo quadro que se segue.

Indicadores de níveis de vida	Países mais desenvolvidos (França, Alemanha e Inglaterra)	Países menos desenvolvidos (Grécia, Jugoslávia e Espanha)	Portugal
— Calorias diárias por hab.	3053	2881	2610
— Proteínas animais (gramas por hab.)	52	26	27
— Taxa de escolaridade (ensino primário e secundário — %)	96	74	65
— Estudantes do ensino superior (por 1000 hab.)	7,2	5,2	3,6
— Médicos (por 1000 hab.)	12,6	10,1	8,3
— Mortalidade infantil (por 1000 hab)	24,7	52,4	73,1
— Jornais diários (por 1000 hab.)	364,0	121,0	66,0
— Habitações com água corrente (% de casas)	88,0	40,8	28,7
— Automóveis particulares (por 1000 hab.)	1512	101	212
— Rádios por 1000 hab)	316,5	114,2	118,2
— Telefones (por 1000 hab.)	148,5	44,0	53,7
— Energia eléctrica (Kw/h por habitante/ano)	2728,6	638,9	476,0

Deve salientar-se no entanto que a posição de Portugal no que respeita a alguns artigos duradoiros de consumo (Automóveis, telefones, rádios, etc.), se apresenta sensìvelmente menos desfavorável, mesmo superior aos restantes países considerados da Europa mediterrânica. Pelo contrário em relação a outros aspectos e em particular às condições de saúde e de educação o nosso condicionalismo aparece particularmente agravado.

Reflexos do fraco nível médio de desenvolvimento

Em comparação com os níveis europeus, as dificuldades económicas da média da população portuguesa têm pois reflexos evidentes nas suas condições de alimentação, de instrução, de informação, e de um modo geral, em relação a todas as possibilidades de acesso aos bens materiais e aos serviços que a sociedade lhes pode proporcionar como suporte do melhor desenvolvimento cultural.

Devem destacar-se em particular, pelos reflexos imediatos nas condições de vida, o atraso educacional, as deficientes condições habitacionais (com fortes incidências familiares) e o elevado peso da população agrícola e rural. Assim é que, à data do último recenseamento da população, e tomando apenas a população activa (portanto pessoas em idade de trabalhar e predominantemente do sexo masculino) se verifica que 58 % não tinha qualquer grau de ensino, sendo cerca de 30 % totalmente analfabetos. Dos restantes 42 %, a grande maioria tinha o ensino primário (35 %), cerca de 4 % o ensino secundário e apenas 1,2 % o ensino superior.

Por outro lado no que respeita à habitação depara-se com fortes carências, que nos meios urbanos assumem aspectos predominantemente quantitativos e nos meios rurais se revelam em especial através de deficiências qualitativas. Assim por exemplo em 1960, 30 000 famílias viviam em alojamentos improvisados e cerca de 340 000 outras em casas superlotadas. No que se refere à qualidade notamos que só 29 % das casas dispõem de água corrente, 38 % de esgotos, 40 % de electricidade e 19 % de casa de banho.

Por último, note-se que existe ainda um grande peso da população do sector primário e em particular da agricultura, onde em 1960 se ocupava 43 % da população activa total. Esta realidade explica em grande medida o reduzido grau de urbanização do país. Só 28 % da nossa população vive em centros de 5000 ou mais habitantes o que significa que mais de 70 % da massa populacional portuguesa continua dispersa pelos meios rurais, ao contrário do que sucede na Europa Ocidental em que esta percentagem raramente ultrapassa já os 30 %. Esta situação reflecte-se não apenas no estilo de vida dos próprios habitantes mas também nos custos muito elevados que o sector público é obrigado a suportar com os respectivos equipamentos.

Constituem estes alguns dos aspectos mais evidentes em que o fraco desenvolvimento económico do país se reflecte em condições de vida de evidentes reflexos culturais: níveis de instrução, condições habitacionais das famílias populares, ligação de grande parte da mão-de-obra às actividades primárias e agrícolas e elevado coeficiente de ruralidade.

DESIGUALDADES ECONÓMICO-SOCIAIS

3. Para além das limitações que o nível médio de desenvolvimento ainda representa, a situação aparece também sensìvelmente afectada pelas desigualdades que se registam — como muitas vezes acontece em países de igual grau de progresso económico — entre diferentes regiões, diferentes camadas populacionais e até entre os sexos.

Entre o sector masculino e feminino da população...

As desigualdades entre as condições de trabalho e de remuneração oferecidas à população activa masculina e feminina constituem um dos mais salientes aspectos do último dos desequilíbrios referidos (por exemplo: salários diferentes na agricultura, de 19$60 para as mulheres e de 37$10 para os homens, e na indústria, de 27$00 para as mulheres e de 53$00 para os homens, no ano de 1964).

Reflexos mais fundos da mesma situação se nos deparam também, por exemplo, quando se consideram as dificuldades de conciliação entre as exigências da vida de família e as condições de trabalho que na generalidade das nossas actividades económicas são oferecidas à mulher, ou as diferentes situações jurídicas em que ambos os sexos se encontram perante a propriedade e o funcionamento da economia em geral, ou ainda, quando se comparam as diferentes capacidades práticas de acesso à instrução e a formação profissional. O alcance desta desigualdade económica e social no domínio da cultura só pode inferir-se em toda a sua extensão quando se atenta nos efeitos cumulativos da mentalidade feminina na formação das sucessivas gerações.

...entre os distritos...

As nítidas desigualdades patentes nas diversas regiões do País deixam compreender as dificuldades particulares das populações que vivem na maioria dos distritos desfavorecidos em relação à média geral. Condições para o conjunto do País, já insatisfatórias num contexto europeu revelar-se-ão em redobrada acuidade na quase totalidade das nossas províncias.

	Produto por habitante (contos) 1964	Percentagem de casas com água canalizada 1960	Médicos por 10 000 habitantes 1964	Automóveis ligeiros por 10 000 habitante 1964
Média do País	13,5	28,7	8,3	21,2
Lisboa	18,0	71,7	19,6	68,7
Guarda	5,4	10,7	3,8	10,8
Viana do Castelo	5,2	10,0	3,2	10,6
Bragança	5,3	11,3	4,2	8,4

Ao passo que a situação de Lisboa — e em menor escala dos distritos do Porto e Setúbal — se aproxima dos níveis médios europeus, nas regiões do interior, existem condições de vida mais precárias sensìvelmente, e naturalmente bem distintos ambientes culturais.

Encontram-se, ainda, vincadas diferenças, quando, por exemplo, se encaram as situações de diferentes extractos profissionais da nossa população. Podem comparar-se os 11 500$00 anuais que correspondiam em 1961 ao nível médio de rendimentos dos empregados e assalariados do País com os 42 600$00 que na mesma altura eram atribuídos aos restantes profissionais (patrões ou ocupados por conta própria). A situação aparecia ainda mais diversificada quando se encaravam as situações nos diversos grandes sectores económicos, pois que, o rendimento médio anual dos empregados e assalariados (considerados os salários e os dias de ocupação efectiva) era de cerca de cinco contos na agricultura, onze na indústria e dezanove nos diversos serviços.

...entre empregados e assalariados

Indicação análoga pode encontrar-se em relação a outro aspecto complementar quando se comparam as remunerações da população empregada e assalariada que no conjunto das actividades não agrícolas exerce diversas funções. Em média os operários especializados recebem entre nós mais de 1,5 vezes o salário dos não especializados e cerca de três vezes o dos aprendizes, não mais de metade da remuneração do pessoal administrativo e cerca de 1/4 do pessoal técnico e dirigente.

Trata-se de outros tantos índices de diferenciação económica e social que anàlogamente ao que se verifica em maior ou menor escala em todos os países acompanha vincadas distinções culturais. Mas em Portugal, como em alguns outros territórios com análogos problemas de desenvolvimento, estas diferenciações tornam-se particularmente acentuadas em consequência do maior afastamento dos diversos graus de hierarquia profissional (remunerações idênticas, em Portugal e na Europa ocidental, para as funções dirigentes, mas entre três e seis vezes

menor para o pessoal assalariado) e pela fraca permeabilidade social que tende a caracterizar os países menos industrializados.

O CONSERVANTISMO ECONÓMICO

4. Encontram-se referidos dois aspectos económicos principais que apresentam directa incidência nas formas de vida da maioria da população portuguesa; o modesto nível médio de desenvolvimento — e consequentes deficiências de equipamentos educacionais, de comunicação e habitação, entre outros; as sensíveis desigualdades que proporcionam diferentes situações de bem-estar às diversas camadas populacionais. De entre alguns outros aspectos, convirá talvez mencionar ainda a mentalidade dos nossos empresários e outros dirigentes económicos que directa e indirectamente exercem constante influência no panorama cultural do País.

Constitui opinião generalizada entre os que visitam o País e, integrados em programas de assistência técnica ou em relação com o volume ràpidamente crescente de financiamentos externos, contactam com os responsáveis pelas nossas actividades económicas, afirmação do arreigado conservantismo ainda prevalecente nestes meios. Com excepção de casos minoritários das novas gerações ou pessoas com persistentes relações no exterior, a mentalidade geral não parece por enquanto dirigida para facilitar, e ainda menos, para impulsionar e orientar as transformações económicas e sociais em que o desenvolvimento — seja espontâneo ou provocado — sempre se traduz.

Alguns motivos...

Alguns motivos mais evidentes podem talvez alinhar-se como associados a esta situação. Por um lado os esquemas de proteccionismo (nomeadamente, condicionamento industrial e barreiras alfandegárias) em que se tem vivido e através dos quais se procura apoio para actividades nem sempre bem organizadas de preferência a conseguir real convergência de esforços para acertar o passo pelos níveis de produtividade dos países já industrializados. Pode também contribuir para a mentalidade dos nossos empresários o desejo de preservar baixos níveis de salários em relação aos níveis de remunerações correntes no resto da Europa ocidental o que se considera condição de competitividade para a produção e as exportações mais fàcilmente procuradas do que os progressos de organização técnicos e administrativos. Também a vontade de preservar as características da estrutura do comércio com os territórios ultramarinos actua no mesmo sentido na medida em que grande parte das exportações tradicionais nem sempre coincidem com as primeiras necessidades de Angola ou Moçambique (em

especial o caso do vinho) ou se conciliam com as modificações qu a industrialização destes territórios deixa prever (tecidos de algodã por exemplo).

A influência na cultura

Independentemente de outros motivos de raízes histórica ou tr dicional (como o peso ainda elevado do ruralismo ou a recente in plantação dos sectores tìpicamente industriais, de grau técnico ava çado) constituem as razões referidas algumas das motivações qu contribuindo para atitudes de conservantismo económico, actua também, discreta ou indiscretamente, no domínio cultural. Razões qu também não são estranhas à tendência de alguns empresários para conservarem relativamente fechados ao acesso de novos valores orig nários de camadas sociais menos favorecidas ou para apresentare escassa receptividade a novas fórmulas de colaboração no mundo d trabalho, quer no âmbito das empresas quer através de estrutur sindicais renovadas, já comuns em outros países mediterrânicos com a Grécia ou a Espanha.

SINTOMAS NÍTIDOS DE PROGRESSO

5. Por último convém acentuar que a situação económica social portuguesa está longe de se poder caracterizar por imobilism em especial nos últimos anos. Sintomas nítidos de progresso econ mico e de transformação socio-cultural têm vindo a quebrar quadr tradicionais e a facilitar mais estreitos contactos entre os divers sectores da vida nacional quer no interior quer no exterior do Paí O processo de transformação surge-nos claramente como reflexo múltiplos factores convergentes. Uns actuantes já há alguns decénio como a industrialização, outros de aparecimento mais recente com a emigração para França e outros países da Europa ocidental, o ala gamento das correntes turísticas ou as mobilizações para o Ultrama Mas mesmo em relação aos primeiros parece ter sido a partir d anos 50 que as modificações se tornaram mais aceleradas como resu tado de uma política de industrialização mais sistemática.

Elevação da produtividade média da população activa

Este conjunto de transformações traduz-se por diversas muda ças de sentido positivo quanto às condições de produção e aos nive médios de vida que, mais ou menos intensamente, se repercutem tan bém nas estruturas sociais e na situação cultural do País. Se é cer que o ritmo de desenvolvimento económico alcançado em Portug não se compara favoràvelmente com o de alguns outros países do sul

Europa, não é menos verdade que os progressos absolutos conseguidos são evidentes em inúmeras áreas de actividade. Assim, têm-se registado avanços no que respeita a diferentes indicadores de níveis de consumo corrente ou duradouro como reflexo de uma elevação de produtividade média da nossa população activa (um aumento de cerca de 60 % entre 1953 e 1964). O equipamento duradouro aumentou regularmente (por exemplo 10 automóveis e 25 telefones por cada mil habitantes em 1953, e respectivamente 25 e 57 em 1964) melhorando também as condições habitacionais (em 1953 eram apenas de 15 % as casas com água corrente, e aumentou de 20 para 40 % entre 1950 e 1960 a percentagem das que dispunham de electricidade). Progressos menos rápidos verificaram-se nas condições de saúde e de alimentação, mas quanto ao ensino as transformações foram ainda mais aceleradas, tendo entre 1953 e 1964 duplicado a frequência das escolas superiores, triplicado a dos liceus e quadruplicado a das escolas técnicas. Como domínios em que os reflexos culturais são mais directamente perceptíveis registe-se também a maior facilidade de contactos no interior do País (difusão da imprensa, rádio e televisão, e os meios de transporte de pessoas) e com o exterior (consequência directa da expansão do turismo e da emigração); o sensível alargamento da urbanização nas regiões de Lisboa e Porto e, embora em escalas muito menores, em diversas outras capitais de distrito; e, ainda, o rápido incremento do número de empregos em actividades dos sectores secundários e terciário (estima-se nomeadamente que a mão-de-obra nas actividades industriais subiu de 710 000 em 1950 para 990 000 em 1965 e no terciário de 790 000 para 920 000).

repercussão nas estruturas sociais e na situação cultural

Áreas de preocupação e desequilíbrio

Infelizmente, contudo, este conjunto de transformações não tem ainda permitido resolver algumas das principais carências com que depara a nossa população, e tem até desencadeado alguns outros desequilíbrios de natureza económica e social. De forma muito resumida podem apontar-se diversas áreas de preocupação estreitamente associadas aos fenómenos de desenvolvimento económico, com incidências mais ou menos claras no domínio das realidades culturais.

Note-se, em primeiro lugar, o muito sensível agravamento dos desequilíbrios regionais que se manifestam no abandono progressivo da quase totalidade das regiões interiores do País, transferindo-se a população para os distritos industrializados (Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal) ou para o exterior, bem como pela grave carência de equipamentos económico-sociais e de serviços que em termos relativos se avolumam por toda a província.

Por outro lado, geram-se, em grande parte das aglomerações urbanas e em particular das zonas suburbanas, graves congestões,

especialmente evidentes no domínio do trânsito automóvel, descoor-
denações de planeamento entre as diferentes autarquias locais e secto-
res de competência administrativa, bem como escassez e ajuda de
infra-estruturas urbanísticas e culturais (situações extremas encontram-
-se por exemplo em algumas áreas dos arredores norte de Lisboa, na
Cova da Piedade ou na Baixa da Banheira, que não são mais do que
simples aglomerados de habitações, em grande parte precárias).

Aumento das despesas de consumo nas camadas menos abastadas

Deve também apontar-se a muito forte influência que se ven
exercendo sobre as camadas menos abastadas da população no sentido
de aumentar as despesas de consumo. É o que habitualmente se
designa por efeito demonstração, que os grupos ou países mais ricos
exercem sobre as populações ou países mais pobres através dos hábi
tos que evidenciam de utilização de produtos ou serviços de melhor
qualidade ou até então desconhecidos. As melhorias de rendimento
que a industrialização vai a pouco e pouco possibilitando, tenden
assim a ser integralmente dedicados à imitação de hábitos de consumo
mais dispendiosos, gerando-se mesmo, por vezes, sentimentos de insa
tisfação na medida em que o desejo de novas despesas aumentam mai
depressa do que as fontes de receita. É esta uma das razões porque se
consideram prejudiciais ao desenvolvimento económico fortes desi
gualdades na repartição do rendimento. Entre nós, além do efeito de
demonstração que deriva dos contratos dos diversos grupos popula
cionais, devem encarar-se ainda os reflexos do turismo — designada
pela criação de hotéis de luxo, novos locais de divertimento e comér
cios especializado — bem como as incidências recentes da publicidad
comercial através dos diversos meios de comunicação. Nesta medida
não poderá pois esperar-se que o desenvolvimento económico do Paí
se traduza fàcilmente em sensíveis melhorias da situação cultural, a
falta duma correcta hierarquização das estruturas de consumo.

Reflexos económicos da imigração

Refira-se, por último, a título exemplificativo, um outro pro
blema que, embora aparentemente limitado, tem forte alcance n
situação de largas camadas da população portuguesa. Trata-se do
reflexos económicos da emigração de algumas centenas de milhar d
trabalhadores, através dos rendimentos transferidos para o País e da
respectivas aplicações mais usuais. Habitualmente, além da melhori
proporcionada aos familiares nas suas despesas correntes, a parte mai
substancial dos ganhos obtidos tende a ser poupada em ordem
aquisição de terrenos e construção de habitações. O primeiro deste
investimentos é a resultante natural do prestígio tradicionalment
associado à posse da terra, que nas sociedades agrárias tem forte
rízes económicas mas muito menor significado real nos países já indus
trializados.

O imobilismo das estruturas rurais

A canalização de alguns milhões de contos em cada um dos últimos anos para a compra de propriedades tem repercussões desfavoráveis sobre a modernização da agricultura na medida em que mantém para as terras preços mais elevados do que o que resultaria de explorações agrícolas equilibradas. Por outro lado, não se assiste assim a uma transferência de população para o sector secundário e terciário tão rápida e harmónica quanto seria possível, uma vez que as economias e as habilitações profissionais conseguidas durante a emigração, que poderiam contribuir para o lançamento de iniciativas industriais ou de outras actividades modernas, tenderão a ficar inaproveitadas pelo simples regresso às ocupações tradicionais. Depara-se neste caso com um exemplo actual das inter-relações entre os aspectos culturais e económicos dos processos de desenvolvimento. Neste domínio, a descoberta de soluções que, partindo da tradição e dos valores das nossas populações rurais, favorecessem o crescimento económico, não andaria, provàvelmente, diante dum caminho de valorização social e cultural.

N. S.

A EDITORIAL ASTER
acaba de lançar

Cristãos de Hoje

por
PEDRO RODRIGUES
e
JOSÉ LUÍS ILLANES
com introdução de
HUGO DE AZEVEDO

UM LIVRO DA MAIOR ACTUALIDADE

ESTA OBRA É A NÚMERO 62 DA COLECÇÃO **ÉFESO.** UMA COLECÇÃO COM MAIS DE **360 000** EXEMPLARES DE TIRAGEM TOTAL E **101** EDIÇÕES

EDITORIAL ASTER

Largo de D. Estefânia, 8-1.º-E. — Telefones 53 46 11-53 29 73 — L I S B O A 1

2 A IMPRENSA

Expressão do desenvolvimento cultural

A informação factor de crescimento humano

Qualquer tentativa de conhecimento e explicação do fenómen cultural, através da Imprensa, afigura-se-me difícil sem que se haj tentado clarificar aquilo que se tem por cultura, sem avançar algun conceitos de cultura.

Infelizmente não está ainda banida entre nós — antes pelo con trário — a ideia de que um homem culto é apenas aquele que a longo de anos empilhou a leitura de livros, aquele que conhece um susma de autores célebres, dos clássicos aos modernos, que trautei um punhado de frases latinas, que conhece, de visita pessoal, as cinc partidas do mundo. A cultura é, deste ponto de vista, expressão d ideias e de sentimentos, absorção da herança intelectual e artística Como lhe chama certo autor francês, esta é a cultura dos mandarins privilégio de alguns. Mas não é a única e não está provado que sej a melhor ou a mais autêntica expressão de cultura.

Autores há para quem a cultura parte da vida, deve situar-se n vida e regressar à vida quotidiana, no que ela tem de obstáculos, d dificuldades e de situações a transformar. Vista deste ângulo, a cul tura está relacionada com a condição de cada homem. Torna-se um consciência e uma forma de compromisso. É objecto e consequênci de um juízo e de uma opção.

Centrada nesta perspectiva, a compreensão do fenómeno cultura através da Imprensa assume uma importância particular. Por qu assim? Pelo facto da Imprensa escrita, falada ou pela imagem ser expressão mesma dos acontecimentos diários, tanto nacionais com à escala mundial. E o conhecimento dos factos tal como ocorrem uma condição da determinação de cada homem, da possibilidade d pensar a sua vida e a dos homens que o rodeiam. A Imprensa d informação, objectiva e completa, e com mais razão a Imprens de opinião, são factores primordiais da consciência de cada homem, d abertura às realidades do seu tempo, do contributo à transformaçã da sociedade nacional e internacional.

Influência dos poderes públicos

Só pode derivar daqui o empenho que as ditaduras põem em controlar, deformar ou suprimir o relato dos acontecimentos, através da censura prévia ou de uma trama complexa de pressões e constrangimentos sobre os responsáveis dos meios de comunicação e sobre os jornalistas. As razões destas poderão surgir revestidas de objectivos moralizadores, defensivos do saneamento da opinião pública e da construção social. Mas quem não conhece também a tendência e a prática do abuso nos regimes ditatoriais, onde por norma impera a vontade de um só homem, onde o equilíbrio de poderes e o controle dos actos do governo constituído quase deixaram de existir?

Do ponto de vista ideológico considera-se que a cultura numa dada sociedade é o reflexo do regime político aí instaurado, do nível económico e das soluções adoptadas visando o desenvolvimento da sua economia. Por outras palavras poder-se-á dizer que a cultura em determinado país reflecte o respeito dedicado a cada homem, o grau de liberdade que se lhe atribui e as possibilidades económicas que se lhe concedem com vista à sua realização. E ainda neste sentido convirá destacar que os meios de comunicação social, em particular a Rádio e a Televisão, podem ser utilizados — e estão a sê-lo em numerosos países em vias de desenvolvimento — na promoção cultural das massas populares. O acesso à cultura supõe uma educação de base e esta é tanto mais eficaz segundo as condições de que dispõe, os métodos e as pedagogias que utiliza.

A informação no nosso país

De acordo com a última edição da obra publicada pela U. N. E. S. C. O. «A Informação através do Mundo», a tiragem dos quotidianos em Portugal eleva-se a 688 mil exemplares (um aumento de 200 mil, desde 1955), o que dá uma média de 7,7 por cada 100 habitantes (a tiragem média considerada aceitável pela U.N.E.S.C.O. é de 10 exemplares por 100 habitantes). O nosso índice está muito abaixo da média geral na Europa, que é de 23,9 exemplares. Só na República Federal Alemã um inquérito recente revelou que 83 por cento dos habitantes lêem um jornal diário.

Tendo referido a média de jornais na Europa, cita-se a seguir a de outros continente: África, 1,2; América do Sul 7,4; Ásia 3,8 (excluindo o Japão, apenas 1,6); América do Norte, 24,6 (excluindo os Estados Unidos e o Canadá, apenas 7,0). Na U.R.S.S. a média é de 22,3.

Ainda acerca do nosso País e sempre de acordo com a referida obra da U.N.E.S.C.O. há em Portugal 1 098 681 receptores de rádio, ou seja uma média de 12,2 por 100 habitantes (a média mínima estabelecida pela U.N.E.S.C.O. é de 5 receptores por 100 habitan-

tes). No tocante à Televisão há em Portugal 136 455 receptores, ou seja 1,5 por cada 100 habitantes. Relativamente ao cinema há 255 168 lugares, ou seja 2,9 por cada 100 habitantes (a média aceitável é de 2 lugares por cada 100 habitantes). A população portuguesa em que se baseiam estas percentagens é de 8 971 000 e a percentagem de analfabetos (em 1960) era computada em 30 por cento.

Fraca expansão da imprensa

Os números atrás referidos relativos ao nosso País e, em especial no que se refere à Imprensa escrita, explicam-se, em minha opinião, por três principais factores: a percentagem de analfabetos; o baixo nível económico e, por consequência, o fraco poder de compra da população; as restrições que se põem à livre expansão do pensamento em Portugal, das quais resultam a falta de estímulo à curiosidade intelectual, ao debate de ideias e ao tratamento correcto da informação.

Não são apenas os 30 por cento de analfabetos que explicam os índices lamentáveis acima referidos. Mesmo entre a massa considerada alfabetizada a preparação escolar e a educação familiar, independentemente de outros óbices, não são de molde a incentivar a leitura do jornal diário. Muitos detentores do diploma da instrução primária pouco mais sabem do que rabiscar uma carta pejada de erros e soletrar títulos em caracteres garrafais. Como poderão essas pessoas residentes nos meios rurais, longe do ambiente citadino, interessar-se pela leitura do jornal ou sentir a sua necessidade?

Mas causa não menos grave e ponderosa é a impossibilidade económica de milhões de portugueses de adquirirem um quotidiano. Não se poderá estranhar que assim aconteça se têm preocupações mais elementares. Quem pensará na compra do jornal sem primeiro ter resolvido as exigências da alimentação suficiente e condigna, da habitação decente, da educação dos filhos? E será indício animador quando a compra do jornal diário corresponder a uma verba normal do orçamento das famílias portuguesas. Quando, à maneira dos hábitos britânicos, a leitura do quotidiano preferido for um acto de higiene mental, a introdução normal à actividade do dia.

JOÃO GOMES

3 A ESCOLA

Elemento base da formação de uma cultura

ENCONTRO COM RUI GRÁCIO

As transformações em curso nas comunidades são enormes. São por isso cada vez maiores as exigências no domínio da educação e do saber. A PALAVRA E O TEMPO pretende com esta entrevista verificar de que modo a escola portuguesa está a responder a estas novas exigências.

De que modo e até que ponto a escola é responsável pela situação cultural do nosso país?

Seja o que for que se entenda por «situação cultural» de um país, parece óbvio que ela se apresenta vinculada, ou vinculável, à escola (às estruturas, às instituições, aos métodos e demais notas características do ensino escolar). Até que ponto? — Se fosse possível determiná-lo com rigor, teríamos em primeiro lugar de definir a significação, digamos, objectiva, da expressão entre comas, o que seria aqui deslocado. De que modo? — Em qualquer país, à escola se atribui a responsabilidade de propiciar os instrumentos basilares de formação de uma cultura. Mas esta não deveria ser entendida como mera posse de saberes, antes ainda como capacidade de os investigar e de os criar; como saber agir e viver; como saber *ser*, que integre, humana e humanìsticamente, tudo o mais.

O aumento de dois anos de escolaridade mínima obrigatória, vem com certeza marcar novas possibilidades e esperanças, mas este aumento servirá para aumentar o nível cultural do país?

O prolongamento da escolaridade mínima obrigatória, que deverá estar legalmente generalizada a partir de Outubro de 1968, é uma medida socio-culturalmente importante no plano nacional, e

politicamente também, quer do ponto de vista nacional, quer internacional. Penso que o «nível cultural» do País poderia vir a subir de maneira considerável se a carreira docente fosse decisivamente valorizada, por forma a dispor-se de muitos mais e muito melhores professores, desde logo no ensino elementar.

A evolução social torna inadaptados programas e maneiras tradicionais de ensinar. Em Portugal sente-se esta inadaptação e sentir-se-ão forças lúcidas a procurar respostas?

A inadaptação será talvez de regra em todos os sectores da vida das comunidades, na medida em que é provàvelmente impossível evitar arritmias e desajustamentos no *processus* das transformações sociais. Entre outras razões porque as estruturas e as instituições têm sua inércia, e as escolares não menos do que outras. Sucede que a escola é aquela instituição que as comunidades humanas vieram a criar para nela delegarem a função de conservar e renovar a cultura pela formação das novas gerações. Ora o que se verifica é que, de maneira geral, em Portugal como noutros lugares, as autoridades educativas e os professores parecem mais interessados nos conteúdos culturais a comunicar do que na formação, isto é, na promoção e autonomia da gente moça. O resultado da opção é o que seria de esperar: a escola conserva a cultura, mais do que a renova.

Os professores terão possibilidades de se preocuparem em formar homens cultos, ou têm de se reduzir a uma preparação de exames?

A diagnose está feita: o ensino escolar padece de uma docimocracia letal, os exames são devoradores. Alguns ensaios provocadores que tenho feito para «formar homens cultos» encontram os alunos tão bem instalados na dependência e na passividade intelectual e moral que vivem a provocação com perplexidade e desconforto. É possível que se tenha de partir daqui: da incomodidade e da dúvida que os acorde.

Porque é que hoje os alunos põem mais do que nunca professores e ensino em causa?

Eu não sei se *hoje* os alunos põem mais do que nunca professores e ensino em causa; é possível. De qualquer maneira, compreendo que os juvenis redactores que me interrogam percepcionem a situação desse modo. Por minha vez, aquilo que eu ponho aparentemente em causa na resposta anterior são os alunos, mas, de facto, é o ensino, que os tem assim condicionados.

Será a escola um factor de integração dos alunos na sociedade? Abri-los-á para todas as dimensões do homem na vida social, ou imitar-se-á a ministrar-lhes uma série de conhecimentos, em que eles não conseguem descobrir eficácia nem aplicação na vida?

Julgo ter respondido em 1. Observarei, entretanto, que a escola só pode favorecer a conveniente integração futura na sociedade, como adultos ou como jovens adultos que os alunos hão-de ser, se a mesma escola garantir a integração activa e criadora dos alunos na própria sociedade escolar, com uma finalidade formativa que se não alheie de preocupações de «eficácia», mas se não reduza a ela.

A escola abrirá perspectivas para uma atitude dinâmica de promoção cultural (atitude que deve permanecer para além do tempo em que se é estudante)?

Não creio que o faça, pelo menos na medida desejável, como ficou sugerido em respostas anteriores. Mesmo quando a escola se circunscreve à função de ministrar saber, é tão maciça a quantidade do saber e tão duvidosa a qualidade da aprendizagem, que frequentemente o aluno se desgosta de aprender e saber, agora, e às vezes para sempre, sobretudo em situações análogas à do ensino escolar. Ora os pedagogistas clarividentes têm insistido na necessidade de este ensino constituir a plataforma de arranque onde se criem hábitos, se forneçam instrumentos, e, sobretudo, se elaborem atitudes que levem a encarar a formação educativa pessoal como um processo permanente que englobe situações extra-escolares, quer marginais, quer posteriores à frequência das escolas.

Na verdade, entendida como elaboração de experiência formativa da pessoa, a educação é um processo contínuo e continuado que só a morte interrompe: em sentido genético, a educação individual é permanente. Certas circunstâncias da vida moderna (transformações, em rápida cadência, das economias, das sociedades e das culturas, prolongamento e generalização dos ócios, pressão dos *mass media*, etc.) têm conduzido ao planeamento e à execução de programas de acção educativa individual, grupal e de massa no foro extra-escolar (educação permanente institucionalizada). Mas é evidente que o valor de tais programas depende enormemente da forma como as escolas assumiram e assumem a sua função educativa (1).

(1) «Educação. Educação Escolar, Educação Permanente», in O TEMPO E O MODO, n.º 37, Abril de 1966.

ideias como

aggiornamento — a igreja em marcha

tempo post-conciliar — igreja e mundo moderno

encontram a sua expressão em

CONCILIUM

Revista Internacional de Teologia

Ele oferece-lhe a possibilidade de seleccionar os sectores da Teologia que mais lhe interessam

quer assinando os 10 números por ano
quer comprando a colecção de fascículos sobre um só tema

Temas publicados

DOGMA • *LITURGIA* • *PASTORAL* • *ECUMENISMO* • *MORAL* • *PROBLEMAS FRONTERIA* • *HISTÓRIA DA IGREJA* • *DIREITO CANÓNICO* • *ESPIRITUALIDADE* *SAGRADA ESCRITURA*

Colecção de cada 2 fascículos 35$00
Assinatura anual ..... 220$00

Peça informações a:

Concilium — AV. 5 DE OUTUBRO, 297-1.º-Dt.º — **LISBOA**

O novo sentido da cultura

O P. Haubtmann, numa conferência ùltimamente pronunciada em Grenoble (França), tentava encontrar, a partir duma reflexão sobre a cultura, o alcance da afirmação: «vivemos numa situação de crise cultural».

Porém, além daquilo que seja referenciável ao contexto português, importa ter presente que não se pode falar de «crise cultural» sem a enquadrar devidamente na globalidade do termo «crise».

Hoje é todo um mundo que desaparece, todo um mundo de equacionar problemas, de assumir atitudes.

Existe um desajustamento profundo entre a consciência, ainda referida ao passado, e os actuais acontecimentos e descobertas de que o homem é no entanto, o autor. Desajustamento entre a consciência e a ciência, entre a sabedoria e o saber.

O homem tem dificuldade em definir-se; sente-se como que perdido, porque a consciência não assume suficientemente a ciência, porque a sabedoria não assume suficientemente o saber.

Mais do que tentar definir o significado do termo «cultura» trata-se de saber o que significa viver a cultura.

O QUE É A CULTURA ?

Sem me querer alongar sobre aquilo que se entende por «cu
tura» começarei, no entanto, por lembrar que esta palavra po
ser entendida, sobretudo, de três maneiras diferentes:

A cultura como saber

1.°) É cultivado, todo aquele que conhece o património i
contestado da humanidade, todo aquele para quem é familiar
manuseamento das grandes obras do passado.

Assim entendida, a cultura corre o perigo de se identific
com o «saber» e de ser reservada sòmente a alguns que embo
tenham um cérebro muito recheado, não o têm, forçosament
bem arrumado.

personalização e abertura aos outros

2.°) Salvaguardando tanto quanto possível — este primei
sentido da palavra «cultura» é preferível pôr a tónica na capac
dade de afrontar a nossa condição humana, de se situar, de d
sentido à vida esforçando-nos por compreender cada vez melh
os outros. A cultura é então aquilo que permite ao homem s
livre e sempre mais em comunhão com os outros (1).

Num discurso pronunciado em Brasília, em Agosto de 195
André Malraux declarava:

«Não existe verdadeira cultura sem comunhão. Aquilo qu
ela deve conquistar para criar um tipo de homem exemplar
transformar o seu novo passado, é a presença nela de todas
formas de arte, de amor, de grandeza e de pensamento que
longo dos milénios, permitiram, progressivamente, que o home
fosse menos escravo». Antes de focar o terceiro sentido da pal
vra cultura perece-me não ser inútil frisar que, para aceder
cultura, existem dois itinerários, tão válidos um como o outr
quando convergentes.

a) A primeira atitude é a dum homem que reflecte prime
ramente acerca da sua situação. Sòmente depois faz apelo a
livros e à instrução para conseguir exprimir a sua experiênci
pessoal e melhor compreender os outros. É um caminhar do pa
ticular para o universal, da experiência pessoal para o patrimóni
comum da humanidade, e há assim fortes personalidades que s
formaram, sobretudo no mundo operário ou rural.

(1) Cf. «Gaudium et Spes», 53,2.

b) Inversamente, há também o acesso à cultura que começa pela instrução. O saber apreendido ultrapassa então largamente a experiência. «Ides ao mundo armados de ideias» diz aos seus alunos um professor, personagem de romance. Será necessário, neste caso, confrontar o saber com a realidade, apreender o «experienciado» para poder existir e agir, se não quisermos que permanecer fora do real, num perigoso intelectualismo que nada tem a ver com a verdadeira reflexão e que só é capaz de «falar» sem «transmitir» sem «comunicar qualquer coisa».

Quer se trate do caminho daquele que parte da experiência pessoal para a expressão universal ou daquele que parte do saber intelectual para a experiência humana, onde ele é posto à prova, há nos dois casos cultura se houver inseparàvelmente, personalização e abertura aos outros.

expressão dum grupo humano

3.º) Fala-se hoje muito da pluralidade das culturas, pelo facto da diversidade humana no tempo e no espaço. Encontramos então a terceira acepção da palavra «cultura», isto é, o seu sentido sociológico e etnológico. A cultutra designa então o conjunto das relações e reacções de todas as naturezas pelas quais se afirmam e se caracterizam as comunidades e os grupos. A cultutra é a própria expressão dum grupo humano; está pois, intimamente ligada à sua história, e é necessário acrescentar à sua capacidade de se transformar e de assim escrever uma nova história.

Os etnólogos fornecem-nos hoje excelentes monografias dos diferentes grupos humanos, sobretudo graças à análise estruturalista. Mas é necessário não confundir um estudo do comportamento humano com a causa deste comportamento, porque o essencial, quando se fala de «cultura» está na segunda acepção da palavra, aquela que implica homens vivos, que sabem situar-se em relação aos outros, ao universo e a Deus. É isso que pretendeu o Concílio ao consagrar um capítulo inteiro da Constituição Gaudium et Spes ao desenvolvimento e à promoção da cultura:

«É necessário fazer todo o possível para que cada um ganhe consciência do direito e do dever que tem de cultivar, e da obrigação que lhe cabe de ajudar os outros a fazê-lo. Existem, por vezes, condições de vida e de trabalho que impedem os esforços culturais dos homens e destroem neles o interesse pela cultura. Isso é particularmente válido para os agricultores e operários, aos quais é preciso assegurar condições de trabalho tais que os não impeçam de se cultivarem, antes os estimulem a isso (2).

---

(2) «Gaudium et Spes», n.º 60.

O TRIÂNGULO CULTURAL
OU AS TRÊS FORMAS DA CULTURA DE HOJE

Depois de termos explicado o que se entende por cultura, pro cedamos agora a um rápido inventário: quais são hoje as forma de cultura?

Parece que se pode falar de um triângulo cultural, isto é, d três correntes principais:

— aquela que vem do ensino superior
— aquela que provém do movimento operário
— aquela que provém da chamada cultura de «massa»

a chamada cultura superior

Está a modificar-se, mas permanece ainda em muitos casc como sendo aquela que é reservada às elites superiores da naçã

Simone Weil, julgou-a severamente:

«Se a nossa cultura, escrevia ela, estivesse próxima da perfei ção, estaria situada acima das classes sociais. Mas como é medíc cre, permanece, em larga escala, uma cultura de intelectuais bu gueses e mais particularmente, desde há algum tempo, um cultura de intelectuais funcionários»...

«A cultura é actualmente coisa reservada aos especialistas.. Assim como se tratam os operários como se fossem alunos d liceu um pouco idiotas, tratam-se os alunos do liceu como s fossem universitários, com capacidade inferior, e os universitário como se fossem professores que sofreram de amnésia e que pre cisam de ser reeducados. A cultura é um instrumento manipulad por professores, para fabricar professores que, por sua vez, fabri carão novos professores» ([3]).

Até agora a Universidade tem continuado numa linha dur enciclopedismo utópico, com programas «loucos» segundo a pró pria expressão dum reitor de Paris.

Actualmente parece ter invertido a marcha orientando-se par uma especialização impossível e exagerada. Os dois extremos sã tão negativos um como o outro: ou nada saber acerca de tud ou saber tudo acerca de nada!

De qualquer modo o veerdadeiro perigo da Universidade est em pretender dar um saber, uma erudição triunfante, o que signi

([3]) Simone Weil: «L'Enracinement».

fica ficar separado daquilo que é a vida dum povo; não levar a compreender o que se passa no mundo para que se possa participar plenamente na sua edificação.

Não se poderia perguntar, por exemplo, se a Universidade não deveria assegurar a educação permanente da nação? Seria então a casa da cultura por excelência, a Casa Mãe, em relação a um numeroso pluralismo de grupos culturais. Deixaria então de ser aquela que distribui um saber quantitativo, compartimentado e desligado da vida real. Pois, afinal de contas, não se trata de ajudar o homem a situar-se de um modo inteligente na rede de relações que constituem o nosso mundo tecnizado?

A corrente cultural proveniente lo movimento operário

Em oposição a esta cultura universitária, há a grande corrente proveniente do mundo operário. Em oposição? Sim, não só porque o mundo operário não pode fazer investimentos intelectuais a longo prazo, mas mais ainda porque a cultura universitária é vista no mundo operário como uma cultura de classe individualista e conformista, ligada ao liberalismo económico e político.

A cultura operária é experiência daquilo que primeiramente se vive, e não transmissão daquilo que se recebe, como acontece na cultura universitária. É também o resultado duma história dolorosa, de luta pela dignidade humana, com um profundo sentido da solidariedade de todos os trabalhadores. É partir desta experiência que a cultura operária, pode encontrar-se com os tesouros da cultura clássica, mas o que sempre chocou os operários em relação à tentativa generosa dos intelectuais que os queriam ajudar, é que era proposto qualquer de aparentemente exterior e estranho à sua própria experiência.

A chamada cultura de massa

O terceiro pólo do nosso triângulo cultural, é a chamada cultura de massa. Nasceu do aparecimento duma civilização dos tempos livres, acompanhada dos novos meios de comunicação.

Se o trabalho humano for uma mercadoria, uma força de produção que é simplesmente comprável, o homem terá tendência a procurar absolutamente fora do seu trabalho, a sua verdadeira realização. O trabalho corre então o perigo de ser simplesmente aquilo que é obrigatório para que se possa ter tempo livre. Ricoeur diz, a este respeito, que o trabalho se transformou no «preço social do loisïr».

Simultâneamente os «mass-média» (imprensa, cinema, rádio e televisão) vieram ampliar este fenómeno e dar conteúdo ao tempo livre.

Alguns dos nossos contemporâneos julgam severamente es cultura de massa a que fàcilmente chamam anti-cultura. Evoca o espectáculo, aflitivo no seu parecer, desses «idioto-visuais Deploram sobretudo a desagregação da corrente cultural operá devido à cultura de massas.

Que existe um perigo é evidente. A cultura de massa põe-n a consumir cultura, e a atitude do consumidor está nos antípod da atitude que estimula a nossa creatividade.

Por outro lado, a cultura da massa introduz-nos num univer de sensações, seduzindo e lisonjeando a nossa sensibilidade supe ficial. Corre o perigo de nos levar a evadirmo-nos do real, pa longe da nossa missão histórica, propondo-nos como ideal a vi de um sonhado «loisir» que é vivido pelos «ídolos» e pelas «estr las consagradas». Numa palavra, a chamada cultura de mas pode-se tornar num novo ópio do povo.

Na realidade, alguns inquéritos efectuados junto de u grande número de telespectadores levam a concluir que tudo d pende da educação base, de tal modo que a cultura de mas pode ser realmente um instrumento ao serviço da verdadei formação do homem. É caso para lembrar o velho dito escolástic «quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur», isto aquilo que se recebe, digamos mesmo, aquilo que se consome, recebido em função da personalidade daquele que recebe.

Tal é, esboçando a largos traços, o triângulo cultural do nos tempo. Os três pólos só dificilmente se encontram! As estrutu económicas tendem cada vez mais a reduzir o homem ao pap de consumidor obediente. Dilacerado e de algum modo perdi esmagado, cada vez mais isolado no seio de uma massa agita o nosso contemporâneo formula a interrogação fundamental um modo mais agudo que nunca: o que é o homem?

Ávido de comunhão, apesar de algumas aparências, o nos contemporâneo, na altura em que a ciência e a técnica se esp cializam, sente uma necessidade urgente de reencontrar a unida de uma visão do mundo em que se integre o sentido das realiz ções científicas.

Continuemos pois a nossa análise para tentar seleccion aquilo que existe de original e de novo na procura do home moderno.

AS MUTAÇÕES DISCERNÍVEIS

O contraste entre o poder dominador e a fragilidade humana

a) Antes de mais há um contraste marcante. Hoje mais do que nunca — pelo menos no Ocidente — o homem reconhece-se como liberdade criadora; hoje mais do que nunca, tem consciência de poder dominar e transformar o seu mundo. Mas mais do que nunca, o homem tem também consciência dos seus limites, da sua fragilidade, da sua contingência e sobretudo da imensidade do desconhecido e do inconsciente que o condiciona.

Isto é banal; trata-se do conhecido tema da grandeza e da miséria humana, mas o contraste é hoje mais forte que outrora. O conquistador do espaço, tão orgulhoso da sua técnica, é o mesmo que descobre em si próprio um vertiginoso e desconhecido abismo, graças à psicologia das profundezas; é o mesmo que sabe perfeitamente que é mortal, que sabe que o seu coração bate agora, embora seja, em definitivo, «essa mecânica que o trairá um dia».

A consciência planetária

b) Novidade incontestável: com a cultura de massa e os meios de comunicação, desenvolve-se uma tomada de consciência planetária. **«Os povos mais longínquos são necessàriamente considerados como nossos irmãos» (4). A interpenetração e a interdependência evoluem dum modo crescente: é a socialização. Há uma tomada de consciência da solidariedade universal, mas ao mesmo tempo, como uma criança perdida na massa humana, o homem moderno está terrìvelmente só. E, simultâneamente,** solidário e solitário.

Há ainda um outro contraste: tomada de consciência planetária leva a proclamar a vincada igualdade de direito de todos os homens, **e descobrimos simultâneamente, a** desigualdade de facto **entre as riquezas de alguns e a espantosa miséria de muitos outros.**

Uma nova estrutura intelectual

c) Tentemos ir mais longe: há hoje um novo modo de pôr os problemas. **Alguns falarão de «revolução intelectual», outros, de mutação na estrutura do pensamento. Em todo o caso, mesmo se há alguma anarquia e uma dificuldade reconhecida para os**

---

(4) **Robert Oppenheimer: «Les nouvelles condicions d'une Sagesse». Alocução à Columbia University, Janeiro de 1955.**

filósofos se compreenderem, não é exagero afirmar que apareceu uma nova problemática.

O mundo está por fazer

Em que consiste? Acabámos de dizer que o homem toma cada vez mais consciência de si próprio como liberdade criadora, como poder para transformar o mundo. É dizer que o mundo é recusado no seu imediatismo. Por outras palavras, o mundo não se encontra todo feito, está por fazer. De igual modo, isto é válido para o homem. Estamos em construção (o cristão diria: em génese). Por caminhos muito diferentes, os homens procuram, às apalpadelas, o verdadeiro real; interrogam, ou antes, são interrogações vivas; doravante sabem que a verdade não é coisa acabada, pronta para consumo, mas que é um a-fazer-se, como dizia Péguy, e que pouco a pouco se desvenda graças à interrogação activa do homem, do mesmo modo que a obra de arte que o escultor fará surgir a pouco e pouco do mármore bruto.

O conhecimento já não é contemplação

É afirmar também que a nova problemática é uma tentativa para reconciliar o pensamento e a experiência, ultrapassando a oposição sujeito-objecto.

Outrora, o pensamento, para se definir, precisava de fazer parar o devir das coisas, situando-se diante do objecto. A física clássica, por exemplo, analisava um mundo já anteriormente constituído. E vinha como consequência natural: a exterioridade do observador em relação ao objecto estudado, a estabilidade das referências da observação e, finalmente, a não intervenção do conhecimento sobre as coisas.

Hoje o pensamento deixa de ser o pensamento do mundo para se tornar a vida do mundo. O homem torna-se parte integrante da experiência. O conhecimento já não é contemplação mas sim posse, comunhão, co-presença.

O investigador está implicado na sua própria investigação, e esta procura, é afinal de contas, a do lado original, anterior aos espectáculos da consciência, é a procura do «fundamento» da totalidade da realidade, de que fazemos parte.

Entre alguns filósofos, por vezes muito divergentes, o ponto de acordo é, no entanto, o seguinte: só podemos encontrar a verdade — ou o fundamento — depois de termos perdido o imediatismo deste mundo. Tal é a condição para que o homem encare a sério o seu título de criador (o cristão diria: o seu título de criador — com Deus: 1 Cor. 3,9).

Assim, para lá dos pequenos positivismos em que caíram por vezes as ciências do homem (5), existe, nos nossos dias, uma procura apaixonante de uma forte angústia metafísica, mesmo quando mascaradas por um aparente indiferentismo. Mais profundamente que nunca, o homem volta a pôr a questão da origem e do fim. Quer arrancar ao mundo o seu segredo e elucidar o porquê da condição humana: porque há-de existir alguma coisa em vez de nada?

Tradução de GUILHERME PEIXOTO

(5) O positivismo não se interessa pelo porquê; contenta-se com o como e com a organização do saber, sem nunca situar este saber num projecto humano global. O positivismo é o saber alienado.

Quando o grande etnólogo Levi-Strauss declara: «é-me absolutamente indiferente saber se o espírito humano se aperfeiçoa ou se não aperfeiçoa. O que me interessa é saber como é que funciona e mais nada», é uma declaração positivista. Levi-Strauss não se preocupa pela «finalidade com que alguém fala». Apesar disso — será necessário dizê-lo? — há muito mais que positivismo na obra de Levi-Strauss.

Os adultos tornam-se muitas vezes positivistas, incluindo certos teólogos que apresentam um «dado revelado» imediato, sem situá-lo na fé viva do presente. Uma criancinha, com o seu contínuo porquê, é muito mais metafísica! Significa isto que se encontra muito mais próxima da raiz da existência e das interrogações «radicais».

Biblioteca do Pensamento Católico

A Biblioteca do Pensamento Católico constitui um conjunto de obras que abordam com audácia e clareza os problemas actuais do pensamento e da existência cristã

MORAL CRISTÃ E MUNDO MODERNO

por **Sylvester Birngruber**

MANUAL DE ÉTICA SOCIAL

I Volume: **QUESTÕES E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA VIDA SOCIAL**
II Volume: **A CONSTITUIÇÃO DA ORDEM SOCIAL**
III Volume: **PROPRIEDADE E TRABALHO**

●

OUTRAS OBRAS DESTA COLECÇÃO:

A Origem do Mundo e do Homem, por Luís Arnaldich
Jacob e o Anjo, por Pierre Blanchard
Liberdade, Graça e Destino, por Romano Guardini
Cinema, Fé e Moral, por René Ludmann
A Hora de Cristo, por Michele Federico Sciacca
Capitalismo, Catolicismo, Protestantismo, por Amintore Fanfani
Origem e Interpretação da Bíblia, por Célestin Charlier
A Mensagem Social de Jesus, por Igino Giordani
O Antigo Testamento, Fonte de Vida Espiritual, por Paul-Marie de la Croix
A Nossa Transformação em Cristo, por Dietrich von Hildebrand
A Santidade e o Nosso Tempo, por Pierre Blanchard
A Vida Interior, por Louis Colin
Força e Fraqueza da Religião, por Bernard Häring
Cinema Social, por J. M. Garcia Escudero
Psiquiatria e Catolicismo, por J. H. Vanderveldt e R. P. Odenwald

●

EDITORIAL ASTER

Largo de D. Estefânia, 8-1.º-E. - Tels. 53 46 11 - 53 29 73 - LISBOA-1

Factores duma promoção cultural

Factor determinante da cultura é o espírito humano. Na sua elaboração existem condições fundamentais para que ela seja autêntica, isto é, dinâmica e construída por todos.

EDUCAÇÃO DE BASE

— algumas considerações

MARIA JUSTINA FONSECA

A educação base é factor primordial de integração social e de progresso da pessoa

O homem é livre e criador e não objecto

1. Entrou já no vocabulário corrente o conceito de que o desenvolvimento, para o ser, se deverá referir ao aspecto económico assim como ao aspecto social. Mas a interpretação da relação estrutural entre um e outro aspecto, varia substancialmente de acordo com concepções fundamentais ou possibilidades práticas concretas, mesmo quando se afirma que o desenvolvimento terá sempre por finalidade o próprio Homem.

Aparecem-nos nesta linha as afirmações de que o Homem deve ser sujeito e não objecto do desenvolvimento, sujeito que decide e participa nas acções do mesmo desenvolvimento, afirmações baseadas num critério de justiça e de eficiência.

Mas a participação popular não se mais do que uma ilusão (ou um «sl gan» cómodo) enquanto o Homem nã se conhecer como ser situado, no espaç e no tempo, com passado mas com f turo, ser solidário e responsável, dond fatalmente criador e portanto livre.

Assim, ao querer fazer particip activamente no processo do seu dese volvimento populações que desconhece os termos possíveis para uma escolh cai-se, ao fim e ao cabo, pelo menos, e acções que poderão ser bem intencion das, mas nunca deixarão de ser patern lísticas, não podendo conduzir portan à finalidade mais importante — a matur dade do próprio Homem, e ainda co toda uma série de inconvenientes a para o próprio desenvolvimento econ mico.

E sabemos que grande percentagem da população (à escala mundial) vive em dependência de condicionalismos que nunca lhes permitirão passar da condição de objectos, mesmo quando lhe são oferecidas oportunidades de melhoria de vida no aspecto económico.

O que é a educação base

2. Parece portanto evidente a necessidade de introduzir uma outra coordenada — a educação — que permita ao Homem tomar consciência de si e das suas relações no mundo em que se situa e o leve ao conhecimento das opções possíveis assim como do caminho para a efectivação da sua escolha.

À educação que se dirige aos grupos populacionais que não tiveram os benefícios da educação chamada formal ou só dum modo muito deficiente dela aproveitaram (e isto partindo do princípio, nem sempre certo, de que a educação dita formal alcança as finalidades acima mencionadas), de modo a torná-los capazes de realizar o seu desenvolvimento e o da comunidade (no sentido restrito e amplo do termo) em que estão inseridos, levando-os ao conhecimento activo dos seus direitos e dos seus deveres, se dá o nome de educação de base.

Esta educação deverá seguir dois caminhos complementares. Um, de desafio ao Homem a quem se dirige, de modo a que se descubra interiormente, nas suas possibilidades e intencionalidades, nos seus fundamentos ontológico e existencial.

Convém assinalar o perigo de uma imposição, mais ou menos intencional, de normas ou princípios partilhados pelo educador. Toda a acção educativa deverá ser feita numa linha de proposta e não de imposição, desenvolvendo ao máximo uma criticidade positiva, que, bem orientada, desembocará na acção.

Mas para esta acção serão precisos instrumentos. Aqui se situa o outro caminho a seguir: a transmissão de cultura, que não deverá aparecer desgarrada e abstracta, mas como herança recebida e a ser continuada, profundamente enraizada na realidade do grupo a que se dirige, de modo a tornar-se numa instrumentalização funcional. Só nestas condições, de ser consciente de si e do ambiente em que existe, e dos meios para a acção a que essa consciencialização levará, o Homem poderá ser realmente sujeito de criação.

Integração no movimento socio-económico

3. Mas qual será a consequência de criar nas populações uma mentalidade para o desenvolvimento se não houver na prática a possibilidade de o realizar, por condicionamentos sociológicos, económicos, etc.?

Apontam-se com frequência vários perigos, que convém ter em conta. Entre outros, a possibilidade de iniciar nestas populações, frustrações e desajustes, que dificultarão ainda mais, no futuro, a sua participação activa em qualquer acção de desenvolvimento.

Parece no entanto que se esta acção educativa for bem orientada, apresentando com toda a verdade as limitações que se deparam para a concretização das aspirações justamente descobertas, ela não criará frustrações, mas originará uma tensão positiva que levará à acção, de modo a ultrapassar essas limitações ou a criar possibilidades futuras para tal.

Aparece no outro extremo, a opinião de que a educação, como direito de qualquer homem, deve ser proporcionada a todos os grupos, indiscriminadamente, o que levou por vezes à efectivação de campanhas educativas sem qualquer racionalidade. É evidentemente difícil definir o caminho a tomar, sem ter em conta tanto a realidade sociológica como económica das zonas a que se poderá dirigir um programa deste tipo, assim como o contexto geral do país em que estejam inseridas. Se bem, que de um modo geral, se possa dizer que um programa de educação de base deverá estar inserido, acompanhando estreitamente os seus objectivos, num programa de desenvolvimento socio-económico, de que esta acção educativa deverá ser um dos sectores, parece no entanto que muitas vezes, dadas limitações económicas ou outras, começar por uma acção de consciencialização será a única solução, para uma mudança das condições de vida das populações.

NOTA DA REDACÇÃO — Depois de afirmar a necessidade de prover a todos de uma cultura «de base», os números 60 e 61 da Constituição Pastoral apontam outros factores indispensáveis para uma promoção cultural. Em primeiro lugar o acesso de todos segundo as suas capacidades ao ensino superior (n.º 60, § 2) — pressupondo portanto uma real e efectiva capacidade actual de acesso de toda a população ao ensino médio. Em seguida aponta a necessidade de «fazer todo o possível para que cada um ganhe consciência do direito e do dever que tem de cultivar, e da obrigação que lhe cabe de ajudar os outros a fazê-lo» (n.º 60, § 3). Esta grave obrigação é impensável actualmente se não existem condições que permitam o crescimento das pessoas pelo estudo e no diálogo no interior de grupos em movimento. Estão postas então duas condições ao progresso cultural: a **DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO** e a existência de **GRUPOS DIALOGANTES**, aos quais é necessário facultar uma justa liberdade de acção fundada numa informação imparcial sobre os acontecimentos da vida pública. (n.º 59, § 4)

Era importante que estes dois factores do progresso cultural fossem abordados na nossa revista de um modo pastoral, pela atenção às realidades do nosso país. Não foi possível fazê-lo, pelo que apresentamos apenas uma breve nota sobre **O ASPECTO SOCIAL DA CULTURA**, que fundamenta as actuais bases da promoção cultural.

Nota sobre o aspecto social da cultura

A forma como Mons. Elchinger se referiu ao sentido da cultura no pensamento conciliar é muito expressiva: «A cultura é o que resulta da maneira como os homens de uma época e de um país determinado se exprimem, não só pela forma da sua vida religiosa, pelas suas pesquisas intelectuais e artísticas mas também pelas realizações técnicas, a concepção do trabalho e a organização dos tempos livres» (D. C. 1965, col. 1998).

Note-se como é sobre uma construção «dos homens» e não do homem isolado que se fala de cultura.

É lugar comum afirmar que o «homem é um ser social». Ser social é «ser com os outros», no diálogo, na procura de comunhão. Com os outros o homem torna-se mais homem, encaminha-se para a sua plenitude. A originalidade pessoal enriquece-se no confronto com outras originalidades.

Por um lado o esforço de objectivar, de incarnar aquilo que de confuso percepcionamos no mais profundo de nós próprios, para o comunicar a outro, transporta-nos a um nível superior de consciência e de domínio pessoal. Por outro lado aquele que nos escuta e nos responde transmite-nos a sua originalidade, que de algum modo é assimilada por mim, fazendo-me crescer.

Todo o progresso é fruto deste encontro de pessoas, numa procura comum duma maior plenitude existencial. Obra do espírito, manifesta-se nas realizações diárias de construção do mundo.

Ainda não vai longe o tempo em que se falava dum estado natural do homem, oposto ao homem cultivado. Dava-se então ao termo cultura o sentido de aquisição vasta de conhecimentos intelectuais, que no geral não alimentavam a vida quotidiana. É assim a cultura da burguesia dominante que se veio gerando desde o Renascimento e a Reforma. Apesar de se pretender universalista e aproveitar de descobertas recentes como a expansão do jornal, ela está limitada às elites, por deficiências do acesso ao ensino muito pouco democratizado em quase todos os países, e pela própria interpretação individualista dada à cultura.

Pode-se dizer que todos os indivíduos possuem uma cultura, ou melhor, uma base cultural, que lhes permite estarem à vontade, integrados, e serem por isso participantes activos na vida social do meio em que vivem. É a perspectiva social e activa da cultura no geral ignorada até agora. É exemplo disto, a designação de «humanidades» dada a um

sistema de ensino e de educação fundado sobre o estudo da antiguidade greco-romana, como se só o conhecimento das letras e das línguas clássicas fosse capaz de fazer um homem. Ou então o facto de se ter chamado «etnologia» ao estudo dos povos em «estado de natureza», estudo este que progressivamente vai sendo designado por «antropologia social e cultural».

Todos os homens participam na elaboração da cultura dos seus povos. Por isso mesmo afirma repetidamente o Concílio a responsabilidade das sociedades em oferecer a todos os seus membros possibilidades de cultura reais, dando a todos, na medida em que disso são capazes, meios de desenvolvimento e funções correspondentes a este desenvolvimento. (G. S. caps. 59, 60, 61).

A importância social da cultura é mais acentuada se pensarmos que erudição ou criação supõem algo que diz relação entre os homens: a técnica. Esta é mediadora entre os homens e entre estes e a natureza. Por este caminho pode perceber-se como são factores condicionantes em relação à cultura dum povo, o progresso técnico e as estruturas sociais, que nos permitem diversificar as culturas em nacionais, popular, de massa, operária, etc., que longe de terem um sentido segregacionista são fonte de riqueza para a humanidade pelo diálogo que se opera entre os diversos grupos sociais.

Iniciativas surgidas desde meados do século passado tendentes a pôr no seu lugar este aspecto social da cultura sofreram dos defeitos dos primeiros tacteamentos. Alguns clubes, círculos, universidades populares e outras agremiações directamente ligadas ao ensino das massas populares, ou a determinados sectores da cultura, denotaram est tacteamentos, mas uma consciência cu tural individual-comunitária mais re lista começa a surgir nas últimas déc das. Está pois verificado o interesse tudo o que tente dar à cultura um cunh social e promovê-la neste sentido.

A cultura é ponto de encontro ent os homens, mas ponto de encontro d nâmico, fruto de uma conjugação de e forços. É então claro o papel relevan que toma o espírito associativo, o d reito de associação e as possibilidad concretas do seu exercício. A cultu exige cada vez mais uma colaboração e tre especialistas diversos, mesmo e campos diferentes, pois a complexific ção da vida moderna, não permite qu o homem se possa cutivar ou fazer pr gredir qualquer ramo da cultura isol damente. Exige-se consequentemen nova organização do ensino e dos m todos pedagógicos de aprendizagem, d modo a que todos possam colabor activamente no progresso cultural.

É sobretudo ao nível da difusão d cultura que se sente maior necessidad duma colaboração «associada». A exi tência de pequenos grupos de animaçã cultural nos diversos meios sociais, ide lógicos ou profissionais, grupos dial gantes alimentados por uma séria info mação crítica, é factor decisivo para progresso social e cultural de um pov A cultura não é algo de adquirido def nitivamente, mas antes uma contínu manifestação do progresso da naturez e do homem, como afirma a Gaudiu et Spes no número 53. No número 59, mesma Constituição afirma que é neces sário que, «salvaguardada a ordem m ral e o bem comum, o homem poss investigar livremente a verdade, expor divulgar a sua opinião, e dedicar-se

qualquer arte; isto postula finalmente que seja informado em verdade dos acontecimentos públicos». Diz o mesmo número no § 2.º: «A cultura por derivar imediatamente do carácter racional e social do homem, tem sempre necessidade de uma justa liberdade para se expandir e de uma justa autonomia de acção, em conformidade com os seus próprios princípios. Tem portanto direito ao respeito e goza de certa inviolabilidade, salvaguardados evidentemente os direitos da pessoa e da sociedade, particular ou universal, dentro dos limites do bem comum».

Perante os modernos meios de comunicação social e cultura de massa a que o Vaticano II deu tanta importância, só uma crítica dialogante passando por grupos em movimento (associações culturais, regionais, cooperativas, etc.), dará ao homem, perdido nas massas anónimas da civilização urbana, uma possibilidade de crescimento pessoal. De outro modo ele será apenas uma peça informe de uma sociedade estática, que vive do passado e que nele se dilui. Mas para que todos estejam capazes de participar neste diálogo não se pode permitir o grande desnível cultural entre élites e massa popular de uma nação como actualmente se verifica (G. S. n. 56, § 5). É necessário que todos tenham possibilidade de ascender a um grau de cultura que lhe permita a efectivação deste diálogo.

Está assim fundamentada a necessidade imperiosa de uma democratização do ensino a par do reconhecimento da importância dos grupos na vida dos povos.

O dilema está posto entre a assimilação passiva e uma crítica dialogante, passando por grupos em movimento

D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA
CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA

NA HORA DO DIÁLOGO

RESPOSTA A MUITAS QUESTÕES

A
PALAVRA
QUE
O
NOSSO
TEMPO
PEDIA

EDIÇÃO DA UNIÃO GRÁFICA
Rua de Santa Marta, 48

Responsabilidades da igreja

Nós não somos a civilização, mas somos, sim, promotores dela.

(Ecclesiam Suam)

ESTRUTURA DA IGREJA E CULTURA OPERÁRIA

I — REALIDADE PRESENTE

A instrução

Pela fácil consulta que as estatística oferecem e até pela evidência da realidade socio-económica, desnecessário se torna justificar que os operários constituem, com os agrários (estes ainda em percentagem maior) a grande massa da população de «instrução mínima».

Dir-se-á que a juventude, toda ela, tem, pelo menos, a instrução primária. Aceitamos a generalização se considerarmos os jovens com menos de 17 anos, dos meios industriais e urbanos.

Globalmente (incluindo, por isso, todas as crianças de todos os extractos sociais) só há uma percentagem da ordem dos 15 a 20 % que continua a estudar; o que revela que a grande massa dos jovens do meio operário inicia o trabalho logo após a instrução primária.

Se a percentagem dos que seguem os cursos secundários é tão diminuta, quase ínfimo é o número dos jovens, filhos de famílias operárias, que ascendem aos cursos superiores.

Uma tendência

A tendência que cresce dia a dia entre os jovens do mundo operário, é a frequência dos cursos secundários, sobretudo o Ensino Técnico.

Para atingir tal objectivo, as famílias operárias envidam os maiores esforços, na maior parte das vezes heròicamente camuflados. Para que o filho estude, há privações familiares de todo o género, embora se procure manter uma aparência de equilíbrio.

Este crescendo da população estudantil e sobretudo do número de alunos do Ensino Técnico, sugere, por vezes, uma situação que, de facto, não existe. É uma *minoria ainda* a percentagem dos

que estudam em comparação com aqueles que, deixando a escola primária, iniciam, muitas vezes iludindo a lei, a vida profissional.

A cultura

Colocámos em capítulos distintos — *instrução e cultura* — visto se tratar, efectivamente, de realidades distintas.

Apesar de, no meio operário, existir um nível de instrução baixo e, também, um nível de cultura ínfimo, uma e outra realidades não são correspondentes.

Assim, existem entre a camada operária adulta e juvenil, centenas largas de indivíduos de instrução oficial mínima mas que, mercê dum esforço a todos os títulos meritório, possuem cultura vasta.

Cabe, aqui, julgamos, referir aquilo a que chamamos cultura. Entendemo-la como uma «capacidade» de ver a vida, nas suas múltiplas facetas, de a interpretar e de, sobre ela, emitir um juízo de valor.

Não a confundimos com «conjuntos de conhecimentos vastos» (pela sua diversidade) ou profundos (pela qualidade de conhecimento), mas antes como uma «capacidade» que foi adquirida à custa da experiência própria e da ciência (experiência dos outros). No entanto, esta cultura é vincadamente *prática*, não se perde em definições, parte *da vida* e das necessidades de conhecimento que a vida sugere.

Esta cultura existe sobretudo naquela camada que, um dia (mercê das mais variadas causas) despertou para o seu lugar no mundo e o quer ocupar.

Falamos, porém, duma minoria que, consoladoramente, existe e cresce, dia a dia.

Queremos vincar que a cultura não corresponde à instrução, até porque a forma como o ensino é ministrado não ajuda, duma maneira geral, à aquisição da cultura. Referimo-nos, agora, mais particularmente, ao Ensino Técnico, por ser aquele que engloba maior número de adolescentes do meio operário. Os métodos, sendo indutivos, não correspondem à mentalidade e psicologia operárias. O operário é eminentemente prático e objectivo, a realidade é o que mais o impressiona; partindo dela pode ir até à mais profunda das reflexões, mas foi a vida que lha sugeriu.

Acreditamos que, no fim dum curso, haja mais serralheiros ou mais empregados de escritório com uma certa competência; não há, porém, pessoas mais cultas, pois que não houve um correspondente crescimento da capacidade de ver e ajuizar a vida, esta constituiu, em relação ao estudo, uma coisa à parte.

É verdade que, no ensino, há outras causas que dificultam a aquisição da cultura; limitámo-nos, porém, àquela que, em nossa opinião, se opõe a uma psicologia dedutiva própria do nosso meio.

Depois deste parêntesis, fixamo-nos, novamente, na massa: a instruída e a não-instruída, ambas, duma maneira geral, sem cultura. Fixamo-nos na massa para nos referirmos:

— À grande massa dos conduzidos, dos explorados nos seus valores de trabalho, generosidade, boa fé; que vibram com o seu clube favorito indo ao extremo de se privarem dum fato para dar mil escudos para o estádio do seu clube.

— É esta mesma massa que se empolga com um discurso se ele lhe falar ao coração mas que confessa que não o

entendeu, e que se comoveria, igualmente, meia hora depois, se outro orador, explorando também a sua sensibilidade, dissesse o contrário do primeiro.

— É esta mesma massa que se revolta com a injustiça, mas «chora» o pouco lucro do patrão.

— É ainda esta mesma massa que enche as nossas igrejas, acompanha as procissões, faz promessas, se impõe sacrifícios e penitências severas e teme o castigo de Deus, mas desconhece o Deus do Amor e ignora a sua própria participação na redenção do mundo, através do seu trabalho, da sua dor, das suas renúncias.

— É esta massa que quando aceita a injustiça, as humilhações e chora a miséria em que vive, por culpa dos outros, se julga a realizar a vontade de Deus e quando reage e pede justiça, se convence (porque os outros a convenceram) que está pecando.

— Esta a *panorâmica* da massa.

Agentes de cultura

A maioria operária culta colheu a sua «capacidade» de visão, através dos meios mais variados. Não podemos, porém, deixar de fazer referência às agremiações populares de cultura e recreio, às cooperativas e, na Igreja, aos movimentos operários da A. C. Portuguesa.

Frisamos, sobretudo, os movimentos operários pois que, através da sua metodologia e da sua própria estrutura, proporcionaram e proporcionam aos operários os meios bases duma cultura.

A metodologia dos movimentos operários assenta na vida e leva a fazer da vida um juízo cristão; encara a vida toda e valoriza-a ou sobrenaturaliza-a.

A estrutura é das poucas que dá operário um lugar de direcção, orie tação e responsabilidade inteira, o q o liberta de complexos, pois lhe reve a ele próprio que tantas vezes se d conhece: o que vale, do que é capaz o que é necessário fazer para que integre na sociedade global.

Quanto à acção da Igreja, parece-n de importância capital o que atrás r ferimos pois que, no que se refere Pastoral no seu conjunto, temos constatar (lamentando embora), que ne sempre tem sido orientada no senti de proporcionar *cultura* à massa op rária.

II — PERSPECTIVAS DE FUTUR

Ao que se refere ao futuro citam sòmente, na promoção cultural dos op rários, a acção da Igreja.

Pastoral

Na sociedade actual estão na esca cimeira os homens de dinheiro e os c tos; ora, como os cultos (neste caso intelectuais) conseguiram os seus curs mercê de dinheiro, é ainda o dinhei que prevalece.

Os valores do espírito, por isso valores cristãos: a justiça, o amor q é sentido dos outros, a inteligência, anseio de promoção, de uma manei geral não são considerados com impo tância, não são tidos com o valor q possuem.

Nesta sociedade que se diz cristã que prevalece, efectivamente, *é o ma rial.* Os pobres, os menos favorecid inspiram «compaixão» e, eles próprio

ajudam os outros a praticar «caridade» (?), mas continua a aceitar-se que são o intelectual, o formado, o capitalista, aqueles que dominam, que orientam, que ditam e executam a lei.

Na Igreja, que tem critério de valor diferente, por paradoxal que seja, encontra-se que, quem tem lugar de prevalência são os económica ou culturalmente (intelectualmente) favorecidos — o que é o mesmo.

Assim, no conjunto dos «instrumentos de pastoral», encontramos uma certa identificação com o critério de valor da sociedade: a linguagem é a dos mais «ricos», os horários são os dos mais «ricos», o testemunho dos padres choca os mais pobres, o que leva, por um lado, a classe operária a se sentir escorraçada da Igreja e a afirmar, por outro (pois que só vê o exterior), o seu compromisso com «os homens de poder».

Mesmo no capítulo do ensino verifica-se que a maioria dos colégios religiosos se destinam às classes mais favorecidas e o método usado na catequese (tendo embora presentes as grandes reformas verificadas) também não ajudam a desenvolver um sentido cristão da vida, partindo da própria vida.

Daqui se infere que o contributo da Igreja na promoção cultural dos operários (poderia incluir os agrários também) será tanto maior quanto mais «*serva e pobre*» *a Igreja se apresentar;* porque serva e pobre Ela acolherá *de facto*, como sempre os acolheu, *de espírito*, os mais pobres dos homens (segundo o critério da sociedade) mas que, efectivamente, são os bem-aventurados.

Acolhendo os mais pobres, a Igreja não afasta os outros, os ricos do mundo, antes se lhes revela em verdade. Até então os ricos, tendo-se sentido por Ela aprovados no seu critério de valor, esqueceram-se dos mais pobres e, esquecendo-se, afastaram-se do Cristo.

No dia em que na Igreja (referimo-nos aos «instrumentos de pastoral»: homilias, estrutura paroquial, catequese, testemunho de bispos e padres, etc.) os operários se sentirem «pessoas» iguais às outras, deu-se um passo em frente na sua promoção cultural.

É precisamente por terem correspondido a este ponto que o contributo dos organismos operários da A. C. na cultura é tão válido: neles os operários sentem-se livres, promovidos, responsáveis. O caminho, na estrutura pastoral do conjunto é o mesmo: que toda a Igreja tenha em conta explícita (porque acreditamos que o tinha implìcitamente), os mais pobres; e que a Igreja o faça como *serva* e não na atitude do mundo que os tem em conta mas os considera em posição desigual — os que recebem, os de baixo.

A catequese

Ministrada nas escolas ou nas paróquias, a catequese oferece, pois que atinge milhares de crianças desde tenra idade, possibilidades formidáveis de cultura.

No entanto, e por isso é necessário que a pedagogia usada assente na vida e ajude a criança, já tão marcada e, por natureza, tão impressionável, a compreender e a sobrenaturalizar o que vê e o que vive.

Referimo-nos, mais uma vez, às crianças dos centros urbanos e industriais duma forma especial e à pedagogia dedutiva de que falámos atrás.

Os movimentos operários da A. C.

Do conjunto da pastoral destacamos, nestas perspectivas de futuro, os movimentos operários.

R. V. O.

A J.O.C./F. e a L.O.C./F. adoptaram, há muito, a designação — revisão de vida — para definir um espírito e um método de acção.

É através da revisão de vida que a massa se torna consciente, pois que, ao saber da vida, vê e reflecte.

Ora, se a massa se torna consciente, reflecte e reage, dá-se o passo fundamental para a aquisição da cultura. A R.V.O. desperta para a atenção à vida, para uma reflexão nas causas e consequências dos diversos aspectos da vida e para um compromisso; transmite, por isso, uma dinâmica e leva a uma vivência — conduz à cultura —, impele a uma coerência de vida.

Queremos ainda reforçar a importância da R.V.O. feita em equipa, pois que o facto de se pôr em comum problemas, reflexões, compromissos, dá carácter ao grupo e leva a uma promoção colectiva pois que a visão individualista, aos poucos, se vai desvanecendo. A esta promoção colectiva dos mais pobres tem-se contraposto, infelizmente, a subida individual que, se a compreendemos, temos de a reconhecer como um dos meios de *ilusão e atraso.*

Foi meio de *ilusão* porque deu a sensação falsa (a quem só olha as minorias e se convence com «fachadas») que o «mundo» operário se instruía e cultivava e foi meio de *atraso* porque crescendo aqueles por todos os meios ao seu alcance, esqueceram-se dos outros (a maioria que continuou com *menos recursos* de promoção).

É relevante a acção dos movimentos, o que exige de toda a Igreja uma atenção muito especial e um *respeito* pela sua acção, levando aqueles que os não conhecem, a vivê-los «por dentro» sem os aplaudirem ou acusarem «a priori».

Neste interesse da Igreja pelos movimentos operários da A. C. referimos ainda a necessidade de os considerar na repartição do seu património que é afinal, o património de todos os cristãos. Sobretudo pensamos que essa distribuição ao ser feita, terá de considerar a influência dos movimentos na promoção da *maioria* dos homens dos nossos centros urbanos e industriais e não simplesmente serem os movimentos operários considerados na «per equação», como um número igual ao de qua'quer outra obra que tendo, embora o seu mérito próprio, pode não ocupar posição tão fulcral.

Os centros de cultura popular

Cremos ser de todo o interesse incrementar estes centros, quer se trate de instituições confessionais ou não.

Incrementar estes centros é, sobretudo, animar os cristãos a neles se inserirem e a aproveitarem e desenvolverem os valores que possuem. É ainda mais *situar* os cristãos na sua missão de homens do mundo e de homens com os outros, auxiliando a que se desvaneça o sentido exclusivista de muitos sacerdotes e leigos que preferem ignorar a existência de cultura popular para «criar»

sua obra e, por vezes, entrar em conflitos de concorrência, a animar os cristãos a se inserirem no que existe.

Os colégios da Igreja

Cremos que aqui também se impunha uma palavra sobre a repartição mais equitativa da riqueza.

Sem querermos referir as instalações espectaculares e luxuosas de alguns colégios, comparando-as com a míngua de simples salas de aula, voltamo-nos para o futuro para desejar que a riqueza (de pessoas e meios materiais) que a Igreja possui, seja posta ao serviço da cultura dos mais pobres, não como quem dá uma esmola, mas como quem realiza um acto de justiça.

MARIA ELISA SALRETA

DINÂMICA CRISTÃ DA CULTURA NO MUNDO RURAL

Numa situação de inferioridade

Não é raro ver-se atribuída aos rurais a característica de resistência à inovação e à cultura; vai-se, por vezes, mesmo ao ponto de quase reduzir a sua cristianização ao estímulo de tal nota — sobretudo no que alberga de repulsa do «mundanismo» e de aparência de cristianismo.

Pensando-se e actuando deste modo, lógico é que os problemas não sejam abordados, perante eles, com toda a verdade — a fim de não suscitar complicações. Daqui até reputar inferiores aos demais o apostolado rural e seus agentes — clero e leigos — não vai grande distância. Inferioridade, não da natureza da atribuída às crianças, pois o homem rural *é visto* como *envolvido* num ambiente que transpira aquela característica — no que tem de socialmente negativo — como *estabilizado* nela e, pior ainda, como aceitando-a baseado em algo de mais alto — uma força normativa *irrecusável*.

Partindo duma observação objectiva

Em presença disto, creio tornar-se necessário a todo o responsável no meio rural — nomeadamente no plano da evangelização—preceder e acompanhar o seu trabalho duma observação objectiva que veja como FACTOS a nota referida e tantas outras, supostas «a priori» caracterizantes. Só depois de as analisar como factos — e tendo isso presente — será lícito interpretá-las como VALORES — positivos ou negativos — não se justificando identificá-las com uma espécie de ESSÊNCIA imutável de ruralidade.

Nesta tarefa, será de capital importância uma habituação aos métodos sociológicos e ainda uma capacidade de interpretação — científica e doutrinal — que *não antecipe* indevidamente conclusões.

O homem rural quer ser o autor da sua cultura

Na impossibilidade de aqui fundamentar o que a seguir direi, será lícito admitir o pressuposto de que o rural é uma Pessoa, jamais identificável com uma situação, muito embora a ressinta e, portanto, deseje encontrar o caminho de melhor viver — nela e no mundo de hoje.

Este rudimentar princípio aplicado ao problema da cultura, e a auscultação de realidades humanas, levam-nos a defender que o rural também quer ser — como o urbano — o Autor da sua cultura:

— se é católico quererá, além — ou na sequência cristã — daquilo, ser membro *efectivo* da Igreja, co-autor na elaboração, na vivência e difusão da Mensagem;
— se não é católico quererá ver apreciado tudo o que possui de verdade e de bem (de Igreja?).

Deste modo, julgo estarem gradualmente condenados à frustração os intuitos apostólicos do clero ou leigo

— que exerçam acção cultural (e outras de promoção humana) apenas como meio de penetração apostólica;
— ou que se limitem simplesmente aceitar ou fomentar o que, lateralmente ao apostolado, possa *resultar* para a melhoria cultural.

Na verdade a cultura situa-se tão no âmago da Pessoa que tentar a cristianização desta, sem nela visar como *fim* também aquela, é prejudicial a ambas.

Ter presente o objectivo cultural na evangelização, conduz precisamente a que quem tenha o encargo especial desta respeite nos destinatários o direito de colaboração *activa* e, por outro lado, não se atribua um *direito diferente* do de colaboração, ao dedicar-se a obras especìficamente culturais — isto, mesmo que as iniciativas culturais partam de quem evangeliza.

Necessidade e concretizações duma acção cultural ao nível paroquial

Passando a aspectos mais concretos direi:

Porque a fermentação religiosa anda indissolùvelmente ligada ao processo d

desabrochamento humano, só muito a custo se admitirá

— que a «doutrinação» se faça em exclusivo no templo (pelo menos enquanto este, *sociològicamente,* continuar, de forma generalizada, a ser o local onde uma parte ouve o que outra diz, mas ambas pouco recebem e transmitem);
— ou que a acção cultural extra-templo se limite a palestras, sessões, etc., esporádicas... quantas vezes destinadas, ainda, a uma audição num tom diferente, com a vantagem (?) para os ouvintes de, então, ser mais limitada a obrigação (!) de aceitar.

Creio, pois, haver necessidade de, com base nas características de cada agregado — normalmente, paróquia — analisar a Mensagem nas suas *implicações* com a situação cultural, e depois:

— ou criar-se um Instituto ou Escola de intercomunicação formativa, os quais, muito além da preocupação de grande frequência ou êxito, diligenciariam, simplesmente, *funcionar.* Tal instituição — aliás flexível, conforme a evolução verificada naquilo que a justifica — deveria colaborar com as restantes — religiosas ou não — nos objectivos específicos destas e na procura do bem-comum — nomeadamente integrando-se nos esforços de desenvolvimento regional;
— ou, se as circunstâncias o recomendarem, em vez de se criar à parte esta instituição autónoma, poderão aproveitar-se outras—religiosas ou não — nas quais

- ou haja abertura para os apóstolos se manifestarem lá como tais;
- ou, no caso de estes acharem conveniente, dada especial circunstância, não irem além de participarem como quaisquer outras pessoas, se possam apresentar também, como todos os demais, com uma visão e vivência do mundo — que, no seu caso, são cristãs.

Um diálogo nascido da atenção ao povo

Em ambas as hipóteses se impõe o respeito das regras fundamentais do diálogo — única via de salvaguarda dos direitos em presença. Não se compreenderá que a intervenção dos padres ou leigos mandatados, se paute pelo ideal de terem *resposta pronta* mesmo antes de acabarem de ouvir o interlocutor (o dramático «saber o que o outro vai dizer»...). Como se o índice de fecundidade apostólica residisse no número de cérebros que cada apóstolo leva a pensar por sua cabeça, ou como se se devesse menos resolver problemas que se ponham, do que substituí-los, mesmo antes de postos, por uma resposta estereotipada.

Esta observação é especialmente oportuna para os apóstolos do meio rural, na medida em que muitas questões apresentadas por rurais *parecem* não só não conter um problema, mas também não conter sentido. Grande perspicácia e atenção ao SER do outro se reclamam, para ter na devida conta problemas que, frequentemente, consistem até no facto de a pessoa estar sem exprimir nenhum e vivendo tantos. Aqui — ape-

sar da flagrante tentação em contrário — quem evangeliza, mesmo que tenha *dado expressão ao problema* do outro, continua apenas seu colaborador.

As estruturas que se criem devem nascer conforme os condicionalismos locais

6. Referi atrás a imprescindibilidade de instituir algo como institutos ou escolas paroquiais, ou de aproveitar centros de cultura existentes, por parte dos católicos responsáveis — incluindo o clero. Acentue-se agora que isto nada tem que ver com cristalização

— em determinado regulamento,
— no ensino de matérias estabelecidas,
— ou no recurso a certos métodos .

A natureza da acção cultural da Igreja será inspirada pelo que os trabalhos de evangelização encontrarem, no caminho, que impeça ou fomente um pleno desabrochamento humano; ou por aquilo que conduza aquela e este num mesmo sentido. Donde a flexibilidade dos tipos de intercomunicação a seguir, norteada pelas fundas aspirações das pessoas e do meio.

Justificar-se-ia enumerar alguns problemas e métodos que, em geral, parecem mais indicados. Entretanto, nem o espaço — de que já abusei — me permitiria adiantar muito, nem talvez seja conveniente fazê-lo, dado que se está, como referi, em terreno onde há que atender prevalentemente às exigências locais.

ACÁCIO F. CATARINO

«SINTESE»

Uma colecção para a JUVENTUDE

1. **SACRAMENTOS E VIDA** de **A. Roguet** (2.ª ed. - 6.º milhar) **25$00**
2. **A RAPARIGA DO SAXO-BAR** (2.ª ed. - 10.º milhar) Testemunho impressionante duma jovem de 18 anos **25$00**
3. **ANÚNCIO DE JESUS CRISTO** de **J.-Claude Barreau** Uma pequena obra-prima para os jovens de hoje **25$00**
4. **COMO SE VISSE O INVISÍVEL** de **J. Loew**, o padre das docas, que apresenta um livro de espiritualidade base **25$00**
5. **A ESCRAVA ERA FILHA DE REI** de **Odile Simon**, com prefácio de **Michel Quoist**. Um testemunho de fogo **25$00**
6. **EVANGELHO E MUNDO MODERNO** de **J. Danielou** **25$00**

7/8. **O IRMÃO UNIVERSAL** Vida de Carlos de Foucauld **40$00**

9. **A MULHER ÚNICA** de **D. Sebastião S. de Resende**, 1.º bispo da Beira N. S.ª vista pelo lado forte, teológico, real, conciliar **25$00**

•

«SÍNTESE» é uma colecção síntese, no formato, no preço, nos temas

•

Livraria SAMPEDRO Editora
Av. da República, 10-2.º — Lisboa-1
Tel. 46715

UMA EXPERIÊNCIA DE REEMPARCELAMENTO

O reemparcelamento e os problemas agrários

O emparcelamento da propriedade rústica, como contribuição para a solução dos problemas agrários das nossas regiões de minifúndio, tem de enquadrar-se num conjunto de realizações que constituam um plano de efectiva valorização económica e social dessas regiões.

Se realizado isoladamente, sem outros empreendimentos que proporcionem a criação de infraestruturas mínimas, indispensáveis ao desenvolvimento socio-económico das populações interessadas, o emparcelamento não poderia ser considerado entre nós intervenção notòriamente válida de promoção económica e consequentemente social dos empresários agrícolas e dos trabalhadores rurais.

Estas considerações poderão parecer supérfluas quando se crê ser precisamente intenção dos responsáveis o enquadramento da concentração da propriedade rústica em planos mais vastos de promoção humana das gentes rurais.

Todavia, parece-me acertado começar por fazê-las, porque há quem condene o emparcelamento como contribuição para resolver os problemas rurais das regiões de propriedade minifundiária. Afirma-se ser antieconómica a sua realização, mesmo sem ter havido oportunidade de medir os resultados, levando à sua conta gastos elevados para execução de planos maiores de melhoramentos rurais indispensáveis, que secundam esta solução, mais ou menos limitada, mas valiosa, para problemas específicos da exploração da terra.

Esses planos podem incluir: vias de comunicação, obras de regadio e enxugo, abastecimento de água, electrificação, melhoramento da habitação rural, fomento das formas cooperativas de exploração da terra, introdução da técnica do desenvolvimento comunitário e outros benefícios de carácter colectivo.

A atitude da Igreja

Ora, depois deste enunciado, pergunto se alguém poderá concluir que a atitude da Igreja, da sua hierarquia, deva ser outra que não a de, activamente, contribuir para a rápida aplicação desta e de outras soluções, todas válidas quando integradas em planos de desenvolvimento dos nossos meios rurais.

Eu penso que tudo está já dito, de tão alto, acerca da intervenção da Igreja, do Clero como dos leigos, nos movimentos

de promoção humana dos povos: outras opiniões, como a minha, sobre qualquer aspecto dessa intervenção são repetições, necessárias apenas no âmbito de influência pessoal de cada indivíduo.

E na repetição não ficará mal adaptar e sublinhar doutrina autêntica, como agora faço com uma frase de Sua Eminência o Arcebispo do Olinda e Recife: entendo que nem o Padre, nem o pároco rural como líder natural, *pode julgar indébita* a sua *intervenção* em tais processos de desenvolvimento *porque mesmo que, como é natural, inclua enganos, nasce* (deve nascer) *de tanto amor, de tanto desejo de acertar, que merece ser recebida com respeito e examinada com alegria, de vez que é testemunho da decisão em que* se acha (todos nós achamos) de ver montada *a plataforma de onde vai ser lançado o desenvolvimento do homem todo, e de todos os homens, da área que Deus lhe entregou...*

JOSÉ NUNES MELRO

A IGREJA E OS SEUS COLÉGIOS

Tem-me sido perguntado, com certa frequência, se vale a pena a Igreja ter Colégios. Tenho respondido sempre que sim.

Porque vale a pena

Não quer isto dizer que não reconheça na pergunta feita uma compreensível ansiedade, que afinal vem da convicção mais ou menos clara de que os Colégios da Igreja têm ou devem ter alguma coisa de diferente. Com efeito, se julgo que vale a pena a Igreja ter Colégios, entendo que só assim será se fizer deles uma verdadeira obra de apostolado, tentando conseguir, não apenas a instrução, mas a formação cristã da juventude, e possibilitar-lhe o ambiente ideal para o desabrochar de todas as suas capacidades.

É todo um edifício pedagógico a construir, mas baseado no espírito do evangelho e aberto ao diálogo com o mundo contemporâneo, cujos valores é preciso descobrir e amar sinceramente se queremos entender os jovens que nos são confiados e sermos aceites por eles como interlocutores válidos.

É essencial proporcionar-se um clima de diálogo e confiança mútua entre professores e alunos e entre os membros do corpo docente, pois sem isso não será possível realizar o trabalho que se pretende. Pretende-se que a doutrina, a verdade, seja não só transmitida e compreendida, mas vivida. Um programa de acção — o Cristianismo — posto ao serviço de uma grande causa — a juventude.

Depois de uma aula bem dada muito há ainda que fazer, quer no campo das actividades gerais, formativas ou circum-escolares, quer no da formação pessoal. Para isso é preciso tempo, boa vontade, intuição educativa. Uma atenção vigilante a todos os alunos, uma presença discreta e constante, saber aproveitar as ocasiões, encontrar caminhos e imaginar soluções.

Sobretudo são precisas pessoas e todos sabem que é cada vez mais difícil encontrá-las nas condições apontadas.

Um externato integrado e competente

Outro aspecto da acção de um Externato é a sua projecção no meio social em geral, e a incluência particular sobre as famílias dos alunos, não só indirecta, através dos próprios alunos, mas também directa, nos contactos dos pais com os professores e com a direcção.

Por tudo isto, julgo que a ideia da fundação de um Externato Diocesano deve ser bem pesada, para que, uma vez criado, tenha condições de existir de uma forma que verdadeiramente o justifique e não seja apenas... mais um colégio.

Também a localização deve ser pensada de modo a integrar o Externato Diocesano no esquema geral da pastoral da zona a que se destina.

Cada vez se condena mais a improvisação e mais se exige a competência especializada das pessoas encarregadas dos serviços fundamentais.

E educação é sem dúvida um desses, e a Igreja, ao tomá-lo a seu cargo, há-de ser a entidade mais consciente dos deveres que assume e mais desejosa de os cumprir integralmente. Um Externato bem orientado pode ter uma importância decisiva numa terra, mas não nos deixemos seduzir pela ingénua convicção de que a boa vontade chega para tudo.

São indispensáveis recursos humanos e económicos, esse mínimo de condições sem as quais eu aconselharia a aplicar o nosso esforço noutro campo de actividade.

Necessidade de uma planificação e confronto

A nossa diocese tem já um grande número de Externatos. Apesar disso não tem sido fácil trabalhar em equipa, aproveitarmo-nos do esforço, das iniciativas e da competência uns dos outros.

Penso que estamos numa fase em que seria útil parar e reflectir, para se avaliar o trabalho feito. Isso nos levaria também a um conhecimento mais perfeito dos recursos de que dispomos, para podermos encarar com maior objectividade os prováveis empreendimentos do futuro.

Também creio que seria oportuno tudo o que se fizesse para criar uma

«mentalidade educativa» comum, que nos possibilitasse uma acção de conjunto em defesa daqueles valores que para nós são essenciais no ensino. Na Diocese somos já bastantes e, se alargarmos os olhos a todo o país, veremos a imensa influência que a Igreja pode ter neste campo. Não se trata de fazer negócio nem de dominar um sector importante, mas de defender com todas as forças uma formação integral da juventude.

Reconheço o trabalho incansável d alguns, mas... não haveria muito mais fazer? Também creio que haveria mui mais que dizer. Não mo permite o p queno espaço que me deram, nem a m nha pouca experiência. Mas fiquem todos a pensar no problema, sobretud os que alguma coisa puderem fazer p ele.

JOÃO SEABRA

M U N D E T

LISBOA SEIXAL MONTIJO LONDON NEW YORK

CONCENTRAÇÃO
INDUSTRIAL
VERTICAL

Todos os produtos de cortiça

R E D E
COMERCIAL
MUNDIAL

SEIXAL (Distrito de Setúbal) - Tel. 2218 565 — Teleg./Telex n.º 603 — SEIXAL - Portugal

A IMPRENSA CATÓLICA EM PORTUGAL

Nesta hora em que a Igreja se renova, para melhor corresponder aos apelos que o mundo e a humanidade, em evolução e crescimento, lhe dirigem, todas as suas instituições são objecto duma necessária revisão, mercê da qual se poderá garantir, agora e depois, a eficiente e cabal realização dos seus objectivos.

Mas, por outro lado, o simples facto de nos encontrarmos numa hora de revisão, torna difícil e por vezes até arriscado, todo e qualquer juízo, uma vez que, hora a hora, novos dados sobrevêm, e um acentuado aprofundamento de ideias e princípios alteram o que ontem parecia claramente definido.

Não escapa a tal condicionalismo a imprensa da Igreja, vulgarmente denominada imprensa católica, ou seja, o conjunto de jornais e revistas que, por seu título e conteúdo, manifestam pertencer à Igreja.

Factor dos mais poderosos na formação da opinião pública, a imprensa, quando católica, alia aos objectivos comuns a toda a imprensa, a intenção de testemunhar no mundo dos homens e no seu itinerário através da história, a perenidade do Evangelho e ser também mais um sinal da Salvação operada por Cristo. Não admira, pois, que ela se tenha de rever e renovar, para que aquele testemunho seja convincente e este sinal visível.

Creio ter sido este o pensamento de «A PALAVRA E O TEMPO», quando me pediu este artigo sobre a situação e perspectiva da imprensa católica em Portugal: pensamento que se conforma perfeitamente com a hora post-conciliar que vivemos, e constitui expressão evidente do carácter eclesial que marca as preocupações desta revista.

Correspondendo ao seu pedido de colaboração, move-me apenas o desejo de servir, abordando um sector a que, por diversos motivos, tenho prestado especial atenção.

SITUAÇÃO DA IMPRENSA CATÓLICA EM PORTUGAL

A confrangedora ausência de dados concretos, acerca da vida Igreja em Portugal — o último Anuário Católico foi publicado dez anos — faz com que seja impossível aduzir números estatístic precisos, relativos à imprensa católica no nosso país.

A imprensa católica cobre todo o país

Se a plano nacional e diocesano, o número de periódicos se ma tém estacionário, de há dez anos para cá, o mesmo não aconte com os jornais regionais, boletins paroquiais, publicações de insti tos religiosos, seminários e organizações de apostolado. Nestes di rentes sectores, a situação numérica é muito diferente, maior nalgu casos, menor noutros, desaparecimento de determinados jornais revistas, criação de outros.

Entretanto, creio poder afirmar que a imprensa católica existen cobre todo o País (refiro-me só ao Continente e Ilhas), através dur vasta publicação de jornais, boletins e revistas, em quantidade t que se poderá dizer que não há recanto do País ou sector da soc dade, aonde não chegue um ou outro periódico da Igreja.

Além das quatro dioceses (Lisboa, Braga, Funchal, Angra) q possuem um jornal diário, todas as outras possuem o seu semanári A nível regional, interparoquial ou paroquial, semanários ou pub cações mensais ou bimensais multiplicam-se pelo País fora, co maior ou menor tiragem, mas com razoável difusão. Acontece ain que raros são os institutos religiosos ou organizações de apostola que não tenham o seu órgão de imprensa, que consideram, aliás, u instrumento necessário à consecução dos seus objectivos. Um outro seminário possui a sua revista própria, que se destina n apenas aos seminaristas e ao clero, mas atinge também outras cam das da Igreja e da sociedade.

Este é o panorama quantitativo, traçado duma forma mui linear, da situação da imprensa católica em Portugal, que mui conviria precisar com números exactos, não só de periódicos, con ainda de tiragem e de sectores e pessoas atingidos.

Se a falta de dados estatísticos torna incompleta e imperfei uma referência ao dispositivo numérico da imprensa católica e Portugal, a impossibilidade quase insuperável de conhecer todos cada um dos jornais e revistas católicos do País, faz com que n seja fácil pronunciar-se, duma forma exaustiva, sobre a qualida dos mesmos.

Acontece ainda que o juízo de valor a formular encontra séri obstáculos, se quiser passar duma simples leitura da qualidade a un

atribuição de responsabilidades, justa e comprovada, uma vez que é difícil saber-se em que medida é que o condicionalismo socio-político-religioso do País influencia a elaboração da imprensa da Igreja.

Feitas estas reservas, que fàcilmente se compreendem, julgo poder passar a um juízo crítico sobre a qualidade da imprensa católica em Portugal.

Por uma questão de ordem e também para uma maior justeza de pensamento, dividirei a imprensa católica do País em dois grandes ramos:

— aquela que se dirige ao público em geral;

— aquela que se destina a sectores específicos da Igreja ou da sociedade.

AS PUBLICAÇÕES DESTINADAS AO GRANDE PÚBLICO

Quem conheça de perto como se preparam e elaboram os jornais e revistas católicas, editados em Portugal e destinados ao público em geral, não pode deixar de reconhecer quanto esforço e quantas canseiras se escondem em cada página, sobretudo se tiver em conta que as condições económicas e técnicas existentes estão longe de corresponder às mais elementares necessidades. Mais do que isto, deve reconhecer que, subjacente a todo esse esforço e canseiras, existe um sentido de dedicação à Igreja e um louvável desejo de anunciar a mensagem cristã aos homens do nosso tempo.

Entretanto, esforços, canseiras, intenções, as mais louváveis, são algo de muito interno e de muito oculto, que não chega, *por si mesmo*, a criar uma determinada qualidade de imprensa, nem é coisa perceptível pelo público que toma o jornal ou a revista em suas mãos e os lê com maior ou menor atenção.

Conhecendo embora determinadas realidades que se passam no interior das redacções, nos gabinetes de administração ou nas oficinas de tipografia, não posso abstrair de que, para formular um juízo, devo permanecer do lado do público para quem imediatamente o jornal é feito e a revista publicada. E deste lado, do lado do público, o que ressalta à vista é o que sai da máquina, se distribui nas ruas ou tabacarias e penetra em suas casas. É sobre isso, e só sobre isso, que tem de incidir o meu juízo acerca da qualidade da imprensa católica que se oferece à nossa sociedade.

A imprensa católica que se oferece à nossa sociedade

Salvo algumas excepções, de âmbito estritamente regional, m que, na maior parte dos casos, não chegam a ser uma constante r vida desses raros periódicos, a imprensa católica dirigida ao públic em geral,

- é uma *imprensa acomodatícia.* No domínio da informação, c se limita a dizer, e nos mesmos termos, o que a demais in prensa diz e informa, ou prefere o silêncio quando o conteúc da notícia é de tal natureza que obrigaria a uma tomada c posição, clara e inequívoca. Há um certo sabor a facilidad que vai desde um noticiário «de tesoura» até um sensacion lismo barato, à volta de factos ou acontecimentos, que un sociedade massificada prefere e que alimentam uma certa mo bidez de sentimentos e de opinião. Mesmo o noticiário, di religioso, não foge ao esteriotipado comum...

  No campo da formação, que se não pode compreend desligado do anterior, a acomodação é ainda mais grave, sobr tudo nas suas consequências. Ao clima de apatia, de alhe mento de realidades, de falta de visão prospectiva, responde Igreja com uma imprensa que nada agita e nada altera; ant pelo contrário, se acomoda ao *statu quo* existente, quer d Igreja, quer da sociedade, num apelo quase constante à forç dogmática dos princípios, à rigidez de posições tomadas, a imobilismo do que passou, a um tradicionalismo de ideias atitudes, práticas e opções que não incomodam ninguém... não ser os que anseiam por viver uma dinâmica da Igreja pa o nosso tempo.

- é uma *imprensa desincarnada,* que não assume as realidad do tempo e do lugar, em que vive e se projecta, mas antes s elabora em termos de dualismo: por um lado, as realidad do mundo, da vida, da história, apresentadas duma forma ma ou menos real, mais ou menos ironizada, conforme os caso e por outro lado, uma mensagem cristã (?) intelectualizad doutrinária, moralista, pietista, que não é resposta a apel de vida, nem exprime quaisquer incidências na marcha hist rica dos homens de hoje.

  Nalguns casos até, a acintosa disposição de rejeitar tud quanto é *sinal dos tempos,* leva essa desincarnação a posiçõe que tocam as raias da desonestidade, na medida em que, nc títulos das notícias ou na apresentação dos textos, se alteran propositadamente o seu pensamento e espírito. Sirva de exem

plo o que, há bem pouco tempo, aconteceu com o noticiário do III Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos.

- é uma *imprensa de classe,* quer dizer, uma imprensa que no seu conteúdo, nas suas preocupações e linguagem, se coloca, de preferência, ao lado dos que mais podem ou têm, comungando dos seus esquemas e por vezes das suas intenções, esquecendo o mundo dos que pouco ou nada possuem, dos que pouco ou nada têm.

  A defesa dos pobres e humildes, o grito profético que clama justiça social e aponta caminhos de libertação, não é timbre da nossa imprensa católica. Preferem-se temas ao gosto burguês, linguagem empolada, afirmações de teor autoritário, perspectivas de resignação e conformismo, a uma salutar reflexão sobre a vida comum da região, do país ou do mundo, em que se descortinassem os apelos de Deus e se vislumbrassem vias de transformação.

  Mesmo quando os pobres, os fracos, os doentes são objecto de atenção, tudo aparece marcado dum assistencialismo que diminui ou dum paternalismo que gera a desconfiança e a má vontade.

- é uma *imprensa preguiçosa,* na medida em que se não dá ao trabalho de rever e de rever-se. É uma imprensa que fica à superfície das coisas, dos acontecimentos, das reacções; uma imprensa que não desce aos porquês, às causas, às motivações; uma imprensa que não analisa para buscar sínteses; uma imprensa que se precipita nos seus juízos, desconfiando pelas aparências, acusando ao menor vislumbre de qualquer coisa que não esteja conforme com a sua linha habitual de pensamento e acção.

  Mas é uma imprensa que também não se revê: ciosa de pergaminhos, dum prestígio ilusório, afeita a um sentido de autoridade ultrapassado, raramente rectifica posições, raramente aceita que se perceba que teve de mudar de rumo, raramente significa aos seus leitores que não possui a verdade toda, que também a procura, com aquela humildade e esforço com que os mais sinceros o fazem neste momento.

Causas da actual situação

Entre as múltiplas causas que explicam uma tal situação, creio terem especial importância as seguintes:

— em primeiro lugar, uma falta mais ou menos geral de jornalistas, de quadros, preparados para trabalhar numa imprensa tão específica como é a imprensa católica. Número considerá-

vel de padres preenche normalmente esses quadros, o que um tom clerical a muito do que se escreve e vem a públi além de que ser padre não habilita, por si mesmo, a ser b jornalista católico;

— depois, a falta de estruturas de diálogo, quer na socieda portuguesa, quer na Igreja, faz com que cada jornal se afir duma forma monolítica, sem eco e sem resposta, o que n ajuda nem à evolução, nem ao progresso, nem ao aperfeiç mento necessário;

— em terceiro lugar, o regime de censura existente, que des coraja as melhores vontades e cria um estado de insegurar e intranquilidade a quem escreve e tem de dirigir-se público;

— finalmente, uma noção menos exacta da missão da Igreja mundo, de que a imprensa católica é um dos instrument faz com que se escreva, sem qualquer intenção de animar vida autêntica dos homens e transformar profundamente sociedade.

AS PUBLICAÇÕES QUE PRETENDEM UMA ESPECIALIZAÇÃO

A par desta imprensa que se destina ao público em ger temos outra que visa atingir determinados sectores especializados Igreja e da sociedade, ou pertence a determinadas instituições organismos com particulares objectivos na vida da Igreja.

Porque se trata duma imprensa muito variada, com finalidad definidas, lida por um público mais restrito, torna-se muito comple e até arriscado formular, a seu respeito, um juízo global.

Entretanto, o conhecimento que tenho de muitos desses jorna e revistas, leva-me a assinalar uma ou outra das suas característic qualidades ou deficiências, que não têm, de modo nenhum, a medi duma generalização.

A própria existência de publicações deste género é já sin duma preocupação de realismo, que acredita no facto e no valor especialização, adentro duma Igreja diversificada ou no seio dun sociedade pluralista.

Periódicos destinados a intelectuais, a técnicos, a artistas, a r rais, a operários, a estudantes, etc., significam haver quem acredi que em cada uma destas camadas há realidades, problemas, aspiraçõ específicas, que postulam uma forma adequada de transmissão

mensagem cristã. Assim também, periódicos de conteúdo dogmático, litúrgico, pastoral, ascético, etc., significam haver quem acredite num saber mais profundo que o das simples enciclopédias mais ou menos superficiais.

Autenticidade a par do amadorismo

Tal sentido de especialização faz com que a temática, a linguagem, e os métodos empregados se ajustem ao mundo a que são dirigidos esses jornais e revistas ou aos múltiplos campos da ciência a que se referem. Dizer que sempre o conseguem, será exagero, mas injusto seria também não reconhecer que, na maior parte dos casos, é sensível um grande esforço de revisão que modifica, altera, desenvolve, melhora, aperfeiçoa.

É interessante notar que o simples facto desse sector da imprensa estar menos exposto ao clima social que respiramos e menos sujeito aos seus preconceitos e intenções, dá a essas dezenas de publicações um carácter de mais autenticidade, um cunho de maior liberdade e um maior poder de investigação. Falando de investigação, não devo deixar de dizer que ela, entretanto, nem sempre é tanta como seria de esperar, nem da qualidade necessária. As condições de que usufruem quantos se dedicam às especialidade citadas, são de tal modo precárias, que muitos desses periódicos se ressentem dum certo amadorismo, duma acentuada improvisação, e — o que é pior — duma lenta evolução no campo do pensamento ou no enunciado das perspectivas de acção.

Ausência de planificação

Creio que a ausência de planificação pastoral, em que se respeitasse uma necessária hierarquia de valores e necessidades, tem feito com que, neste campo restrito da imprensa especializada, como no da restante imprensa, se percam valores e energias, se sobreponham e por vezes se neutralizem meios e forças e se viva sem consciência do caminho percorrido e do muito que falta atingir.

PORQUÊ UMA IMPRENSA CATÓLICA?

Feita a leitura da imprensa católica no nosso país, sua dimensão e qualidade, creio ser útil, antes de passar ao domínio das linhas de acção e sugestões possíveis, analisar o porquê duma imprensa genuìnamente católica, à luz do pensamento do último Concílio, o que permitirá traçar as perspectivas, em que importa nos coloquemos:

Para imbuir plenamente de espírito cristão os leitores, deve criar-se e difundir-se uma imprensa genuìnamente ca-

tólica — quer por parte da própria hierarquia católica, qu promovida por homens católicos e dependente deles — ec tada com a intenção de formar, afirmar e promover un opinião pública, em consonância com o direito natural e co a doutrina e preceitos católicos, ao mesmo tempo que divul e desenvolve adequadamente os acontecimentos relacionad com a vida da Igreja. (Dec. *Inter mirifica,* n.º 14).

Formar, afirmar e promover uma opinião pública

Formar, afirmar e promover uma opinião pública, mas un opinião pública duma determinada qualidade, ou seja, uma opini consonante *com o direito natural e com a doutrina e preceit católicos.*

Esta é, pois, a primeira razão que explica e exige a existênc duma imprensa católica.

A opinião pública é algo de inerente à natureza social do home

Já no seu discurso ao XV Congresso Mundial da Imprensa Cat lica, Pio XII referia-se à opinião pública como «*um eco natural, un ressonância comum, mais ou menos espontânea dos factos e das c cunstâncias, no espírito e nos juízos das pessoas, que se sentem r ponsáveis e estreitamente ligadas ao destino da sua comunidade* (A. A. S. t. 42, 1950, p. 252).

Por seu lado, os meios de comunicação social, cuja importânc o Concílio Vaticano II sublinhou, levando, ao mesmo tempo, a u público, por vezes, tão vasto como o próprio mundo, as mesmas no cias, as mesmas informações, favorecem o encontro de pontos de vis de juízos de valor, de situações afins ou contraditórias, de aspiraçê comuns ou antagónicas, numa palavra, o encontro dos homens, d suas vidas, dos seus espíritos.

A opinião pública é, realmente, o fruto deste propósito e des disposição humana de encontro com os outros, de compreensão e comunicação com eles, como sinal e factor duma coesão total, ao nív das comunidades e até do próprio mundo.

A tal fenómeno, tão grave e tão importante na hora em que viv mos, e tão realçado pela socialização crescente que o influencia, n pode ficar indiferente a Igreja, tanto mais que na intenção que determina e nas formas em que se desenvolve, há implícito todo u conjunto de valores cristãos, que as simples palavras *comunhão encontro* suficientemente expressam.

E não pode ficar indiferente, porque a opinião pública cer o homem e o atinge nas suas mais nobres faculdades de pensamen e decisão.

Guardiã dos valores morais, a Igreja é chamada no domínio opinião pública, a salvar a pessoa da escravatura duma massificaç desumanizante, a libertá-la da torrente fácil que arrasta, sem respei

o pensamento e a vontade dos indivíduos para fins imprevisíveis e nem sempre conformes com a sua dignidade, a garantir-lhe um lugar responsável no meio de *slogans* feitos e modos pré-fabricados que geram sociedades de autómatos e não de homens conscientes.

A opinião pública, para constituir-se, duma forma válida, construtiva, cristã, necessita dum verdadeiro clima de liberdade, fora da pressão dos mitos e de todo o constrangimento que cria a uniformidade e acaba por ser um sinal terrível de regressão. A autêntica liberdade dos filhos de Deus, cabe à Igreja garanti-la, oferecendo a todos os homens meios de reflexão e auto-determinação, que os tornem verdadeiros e livres nas suas opções, como pessoas e como membros duma comounidade.

Para tanto, uma imprensa, genuìnamente católica, terá de cultivar esses valores morais, lutando para que a liberdade, a solidariedade, a justiça, o amor, determinem a opinião pública e não sejam, pelo contrário, destruídos ou vilipendiados por ela. Compete-lhe, assim, resistir às pressões aviltantes e promover o respeito dos valores humanos e espirituais, sem os quais uma civilização se degrada insensìvelmente.

Criar uma visão do mundo

Ligado a este objectivo de formar e promover uma opinião pública, livre e consciente, surge um outro fim a que directamente se determina a imprensa católica e é mais um título a favor da sua existência: *criar uma visão do mundo, resgatado e salvo por Cristo.*

Os factos, os acontecimentos, as iniciativas, as ideias e as correntes de pensamento que, hora a hora, surgem no proscénio da vida, e constituem matéria de comunicação social, necessitam duma interpretação, e até duma reposição no quadro global duma humanidade em marcha para a consecução do seu destino.

Sinais dos tempos e *apelos de Deus,* toda essa gama de ideias e realidades, descobertas e propósitos, clamam por uma perspectiva exacta, que a não deixe no caminho obscuro dos acasos, dos conflitos, das aberrações, geradores ou dum pessimismo destruidor ou dum optimismo infantil e utópico.

Essa perspectiva, cabe à Igreja revelá-la. A visão que a Fé nos oferece dum mundo resgatado, que, entre lágrimas e cânticos, gemidos e esperanças, caminha para a sua unidade em Cristo, há-de ser o catalisador das irrupções da história e a perspectiva a que tudo se deverá subordinar, para que nada se perca, mas se integre na admirável construção dos *novos céus e novas terras.*

Uma imprensa católica, aberta e sensível ao mundo deste tempo, não só acolherá esses dons divinos que brotam do coração e da acção dos homens e alimentará quanto de bom, de grande, de livre, de justo, anima a vida da humanidade, mas também reporá tudo isso

no lugar próprio, assinalando o seu significado, a sua importância o seu grau de valor.

Às interpretações derrotistas ou às interpretações ambiciosas, a imprensa católica oporá a sua visão de equilíbrio que chama ambíguo ao que é ambíguo, grande ao que é grande, humano ao que é humano cristão ao que realmente o é.

Divulgar e desenvolver adequadamente os acontecimentos relacionados com a vida da Igreja

Mas ainda um outro fim determina a razão de ser duma imprensa católica, do qual o último Concílio se fez eco: *divulgar e desenvolver adequadamente os acontecimentos relacionados com a vida da Igreja.*

Para a imprensa não-católica, a vida da Igreja, em qualquer dos seus domínios, não passa dum dos muitos dados sociais de interesse geral, variável, segundo a qualidade dos seus leitores. Além disso mesmo quando honesta e fiel a uma ética jornalística, essa imprensa subordina normalmente os acontecimentos religiosos, as palavras da hierarquia, as acções do laicado, às suas preocupações e objectivos de fundo, salientando apenas ou sobretudo o que lhe convém ou merece maior interesse. É assim que vemos afirmações pontifícias arrancadas ao seu contexto próprio, relatos parciais de actividades e iniciativas apostólicas, ausência do que mais importava realçar das mensagens ou conclusões de assembleias de cristãos. É natural que isto aconteça e, em muitos casos, não se trata de má vontade, mas simplesmente de critério jornalístico.

Entretanto, a Igreja não pode renunciar a uma informação completa, a uma integral manifestação da verdade, em todos os seus detalhes, a um pormenorizado relato da sua vida e das suas actividades que ela considera sinal e testemunho no meio dos homens e do mundo.

Cabe, pois, a uma imprensa católica fazê-lo, em termos de escrupulosa fidelidade à palavra dirigida, à acção realizada, aos planos traçados, para que o todo ilumine as partes e as intenções ressaltem claras, dentre as variadas e múltiplas formas, através das quais a Igreja realiza a sua missão.

Além disto, desde que o corpo social da Igreja se amplia cada vez mais, só uma imprensa que seja católica se sentirá comprometida e capaz de informar, na totalidade, os crentes e não-crentes, daquilo que, perto ou longe, numa dada região ou fora dela, se passa e se *relaciona com a vida da Igreja.*

Instrumento apto de evangelização

Finalmente — e esta perspectiva quase se concretiza nas anteriores — a imprensa católica é *instrumento apto de evangelização.*

Instrumento apto, dos mais aptos, mais de acordo com a sensibilidade e as preferências do homem de hoje, que, alérgico a discursos, conferências, sermões e homílias, não pode prescindir do jornal e da revista, seus companheiros de todos os dias e de todas as horas.

Instrumento de evangelização, mas que evangelize, ou seja, revele a mensagem de Cristo, em termos evangélicos, autênticos, de modo que por detrás do estilo, das ideias e das palavras, os leitores encontrem Cristo, um Cristo que assume todas as realidades humanas, mas se não compromete ou conforma com situações de passagem, sociais ou políticas.

Instrumento de evangelização que fomente o encontro dos valores morais, convergentes com os valores do Evangelho, de modo que todo o dualismo desapareça, toda a dicotomia se anule, para florir a unidade dos homens em Cristo, através da sua Igreja.

PARA UMA IMPRENSA CATÓLICA AUTÊNTICA

Analisada a situação concreta da imprensa católica entre nós, traçadas as perspectivas que deverão nortear a efectivação do seu papel na Igreja e no mundo, resta, duma forma, muito sumária, esboçar um ou outro caminho que poderá conduzir a uma renovação da imprensa católica em Portugal.

1. Uma Escola Superior de Jornalismo, que poderia fazer parte da Universidade Católica em formação, onde o jornalismo católico ocupasse um lugar específico. Isto não dispensa, antes postula, que nos Centros de Cultura da Igreja, nos seminários e nos colégios católicos se habilitassem os cristãos com o mínimo conhecimento indispensável sobre ética e técnicas de jornalismo.

2. Uma planificação pastoral a todos os níveis, que integre a imprensa católica, entendida como instrumento de evangelização e factor de opinião pública, de tal modo que se coordenem energias e se garanta uma fidelidade ao Evangelho e à doutrina da Igreja, neutralizando assim as tentativas de enfeudamento a determinadas correntes sociais e políticas, contrárias ao plano de Deus e à mensagem de Cristo.

3. Criação de estruturas de diálogo,

no interior da Igreja
- dos jornalistas católicos entre si;
- dos jornalistas católicos com a hierarquia;
- dos jornalistas católicos com os cristãos em geral;

da Imprensa Católica com o mundo

- com as diversas camadas da sociedade;
- com os diferentes órgãos de opinião pública.

4. Garantia de meios económicos, sociais e técnicos para a elaboração duma imprensa católica livre e adequada às exigências do nosso tempo, e para a inadiável investigação nos múltiplos campos da ciência teológica, filosófica e sociológica.

Creio que se estes quatro requisitos forem satisfeitos, tudo o mais será fruto amadurecido, lógico e também eficaz.

P. JARDIM

ARTIGOS RELIGIOSOS
PARA REVENDA E PROPAGANDA
CASA DE S. JOSÉ — PORTO
(FUNDADA EM 1896)
Visitai esta casa, apreciai o seu sortido e confrontai os seus preços!
168, RUA DAS FLORES, 170 — TELEFONE 2 28 86

CULTO E CULTURA

É Teodoro Klauser que, num pequeno livro, *Das Kleine abendländische Liturgiegeschichte*, já na 5.ª edição, nos informa dum estudo importante feito por um especialista húngaro da história antiga, André Alfödi, publicado em 1934. Debruçando-se sobre o desenvolvimento das praxes monárquicas na corte imperial romana, o investigador magiar surpreende-nos, a cada passo, com as semelhanças ou aproximações entre o cerimonial da corte romano-bizantina e os ritos da missa papal no século VII que, como sabemos, passaram em grande parte às nossas missas pontificais e solenes.

Perante tal verificação, o observador honesto ou simplesmente atento não poderá evitar de concluir: o direito às honras, as marcas de respeito, o protocolo da corte de Constantino e o cerimonial dos mais altos magistrados civis passaram aos bispos e demais clero, por concessão graciosa da majestade imperial. Por este meio se introduziram na liturgia e aí fixaram domicílio até hoje. Se ao cristão desprevenido dos nossos dias tais usos e costumes clericais parecem justificar a sua existência para comunicar a sugestão do sagrado, ao homem bem informado, religioso ou não, eles evocam simplesmente a aliança entre a Igreja e o Estado.

Invasão do culto pela cultura constantiniana

Não se sabe exactamente, em todos os pormenores históricos, de que maneira se processou este estado de coisas. É fora de dúvida, porém, que o Imperador, ao fixar a cada ordem do clero um lugar diferenciado na hierarquia, atribuiu-lhes as insígnias correspondentes a cada grau. Assim os bispos foram equiparados aos mais altos

dignitários do Estado, passando a gozar do direito de usar trono, luzes, incenso, manípulo, pálio, «campagi» (calçado especial), «camelaucum» (para cobrir a cabeça), e anel. Eram saudados com o beijo nas mãos. O bispo de Roma, dada a sua função única e o seu lugar no topo da hierarquia, via-se assemelhado ao primeiro do Império, ao próprio César, porquanto eram-lhe tributadas honras especiais. Tal como sua majestade imperial, também o papa era saudado com uma genuflexão e ósculo nos pés. Além disso, a sua efígie podia estar patente nas «repartições públicas», isto é, nas igrejas. Pela mesma razão, à chegada aos «seus domínios», quer dizer, aos lugares do culto, tinha direito também igual ao do Imperador a ser recebido com as saudações de um coro de donzelas, que aclamavam o seu aparecimento com um cântico de entrada, ou boas-vindas.

Desfazamento crescente

Tudo isto foi abandonado pelo Estado no decurso do tempo. E tudo isto, embora em contradição com a simplicidade dos nossos hábitos comuns, nos tem parecido inteiramente normal, e até exigido pela noção primária do sagrado. Desde há séculos que os homens, tanto no Oriente como no Ocidente, nascem, vivem e morrem envoltos nestes costumes religiosos, e a nenhum veio jamais a ideia de lhes levantar qualquer objecção. Será porque o sagrado inspira respeito e temor? Será porque se encontraram definitivamente os sinais adequados para marcar a instituição eclesiástica em todas as épocas até ao fim dos tempos e dos homens? O futuro da evolução litúrgica e o desenvolvimento da mentalidade social e religiosa o hão-de julgar.

Comunicabilidade da actual liturgia

À Igreja daquele tempo coube definir em que medida lhe seria permitido admitir os usos e privilégios dos mais altos magistrados da nação, concedidos pela vontade conciliadora e eclética dum Imperador. Eram gestos e costumes da época, que tinham o valor de linguagem compreendida, falada pelos homens do tempo. A sociedade, entretanto, evoluiu e deixou para trás de si modos de ser, que a Igreja só conservou. Esta apropriação singular equivaleu a uma sacralização, tanto mais realçada no seu mistério quanto mais confinada aos usos do culto, e tanto mais venerada quanto menos compreendida. Com efeito, estas insígnias e estas marcas de respeito deixaram de ser uma linguagem que se fale e seja entendida, porque os homens já não comunicam entre si do mesmo modo que o faziam no contexto da civilização e da cultura romano-bizantina. Para tornar falante e expressiva esta linguagem, nós precisamos de recorrer a outra linguagem, de fazer uma sobreposição de linguagens, quer dizer, somos obrigados a introduzir explicações para dar voz a uma palavra muda. O nosso trabalho, neste caso, assemelha-se ao papel

do intérprete. Enquanto este traduz dum idioma moderno para outro moderno a mensagem de alguém, nós transpomos para os homens do nosso século e do nosso mundo as expressões duma sociedade morta na sua mentalidade e na sua organização. Já não há nexo entre culto e cultura, porque não se produz comunicação directa. O nexo é estabelecido por expedientes intermediários, como sejam as explicações históricas, quando não gratuitamente simbólicas.

O povo já não entende todas estas coisas. E porque não entende, mantém-se distante, julga que são intocáveis, sagradas. O mundo não lhe encontra valor de comunicação, chama-lhe de modo genérico «cerimónias» e sentencia que «cerimónias são para a igreja».

Restituir à liturgia a sua verdade

A reforma actual em curso pretende restituir à liturgia a sua verdade. Que ela não seja mais entendida como um conjunto de ritos exóticos sem qualquer ligação com a vida, mas que se torne novamente a linguagem com que os homens exprimem a Deus, cada um à sua maneira, a adoração que enche as suas almas. Daí que a Constituição conciliar sobre a sagrada liturgia ordene que «salvaguardada a unidade substancial do rito romano, admitam-se as legítimas variantes e adaptações aos diversos grupos étnicos, às diversas regiões e povos» (art.º 38.º); porque «a Igreja, naquilo que não respeita a fé ou o bem de toda a comunidade, não deseja, nem mesmo em matéria de liturgia, impor uma rígida forma de nivelamento; pelo contrário, cultiva e promove as qualidades de espírito e dons dos diversos povos» (art.º 37.º). O culto e a cultura estão, por conseguinte, novamente repostos nas suas relações recíprocas normais, para que haja verdade e conteúdo humano nas acções públicas da religião.

A Igreja primitiva teve a lucidez desta visão clara das exigências que as civilizações e formas de pensamento impõem à expressão cultual; vergou-se à realidade, aceitou-a e sentiu-se à vontade, com toda a liberdade dentro dela. Em cada região diferente a liturgia criava uma fisionomia diversa. E se as primeiras celebrações dos cristãos traiem inevitàvelmente a marca de origem judaica, a liturgia dos convertidos do paganismo acusa já profunda influência do ambiente helenístico.

A própria língua é factor de aproximação ou de separação. Enquanto o grego foi o idioma do Oriente e do Ocidente, as formas litúrgicas eram pràticamente comuns. Desde que se consumou a cisão política, as divergências ideológicas emanciparam-se segundo os génios específicos e o latim veio a dominar em Roma e no Ocidente, acentuando-se uma diferenciação gradual na liturgia.

Enquanto o Oriente se ficava no dado tradicional intangível, Rom criava contìnuamente, até ao século VII, a sua liturgia própria, n qual, por sua vez, influenciaram, de maneira vincada, os tempera mentos menos frios, de imaginação mais exuberante dos povos eurc peus, galos e germânicos.

Foram precisos os tempos modernos para se considerar a litur gia, sem qualquer relação com o espaço e o tempo, à maneira dun corpo insensível e estático, como algo de definitivo, estabelecido d modo imutável de uma vez para sempre. E que longas campanha de movimento litúrgico não foram necessárias até se voltar ao con ceito genuíno dos primeiros séculos, segundo o qual a liturgi adapta-se a cada instante para poder manter-se em vida! Novamente com o Concílio Vaticano II, a Igreja reconquista a sua liberdade a liturgia volta a ter fôlego e respiração livre.

O CULTO E A CULTURA DE MÃOS DADAS

Dizíamos, ao começar estas considerações, que coube à Igrej constantiniana decidir em que medida lhe seria permitido admiti os usos e privilégios concedidos pelo César. Pertence também à Igrej de hoje responder à mentalidade do homem do século XX e reza com a cultura e modos de ser de cada região onde se implanta. Dig bem à Igreja, isto é, à Igreja universal, e não aos indivíduos isolados mesmo aos bispos tomados particularmente. Posto que, em determi nadas circunstâncias, o pastor da sua diocese possa estar nas condi ções mais favoráveis para ajuizar das adaptações, é a Igreja universa que, em última instância, decide. Ela já o decidiu, no Concíli ecuménico. Agora é só uma questão de aplicação prática dos princí pios gerais vistos na consciência universal da Igreja solenement reunida, sob a moção do Espírito Santo.

Foi também uma opção da Igreja em conjunto que determinou a entrada das praxes da corte romano-bizantina no culto cristão nos usos eclesiásticos. As vozes particulares não foram ouvidas; tão -pouco as tomadas de posição individuais, adiantando-se à iniciativ da Igreja no seu conjunto, tiveram êxito.

Quando, no século III, Paulo de Samosata, quis levantar, na su catedral, um estrado com um trono alto, e planeou construir, no seu palácio, uma sala de audiência tal como os funcionários imperiais quando ainda desejou ser saudado, à entrada da igreja, por un coro de raparigas, os seus colegas clamaram ao escândalo, send

finalmente dissuadido por um sínodo de Antioquia (Eusébio, *Hist. Eccles.* 7, 30, 9). Mais tarde, porém, no princípio do século IV, já se pensava de maneira diferente. Todos os bispos aceitaram o uso das insígnias e privilégios concedidos magnânimamente pelo Imperador. Que saibamos, só muito poucos recusaram tais honras. Esses pertenceram ao número dos melhores do tempo: Hilário de Poitiers, Martinho de Tours, Fulgêncio de Ruspe e Agostinho. Acima do sentir particular, mesmo dos homens mais respeitáveis, venceu a consciência comum da Igreja do tempo. A Igreja é uma instituição histórica e encarnada. Foi bem? Foi mal que se tivesse adoptado a pompa civil? Não nos compete a nós julgar. As exigências eram outras, os homens sentiam de maneira diversa e talvez que o fasto e o brilho fossem a linguagem apropriada para anunciar a povos rudes a grandeza de Deus e a beleza da santidade. Hoje, porém, a situação mudou, e para o lado oposto. A Igreja vê-se impelida a tomar decisões árduas, que requerem toda a coragem e lucidez. Que significam para nós hoje a mitra, o báculo, o pálio, o anel e diversas vestes litúrgicas? E as marcas de respeito serão a expressão adequada, natural e espontânea do trato conveniente? Não haverá modificações a fazer? Não haverá aqui coisas a mais? Mas será a consciência universal da Igreja que o decidirá. Uma instituição particular não atina normalmente com a solução oportuna, a menos que seja dotada de carisma profético. Podemos fàcilmente exemplificar, porque os casos comprovativos existem na história. Eles vão-nos provar, mais uma vez, mas noutra perspectiva, que, no culto ou nas reformas do culto, se exige cultura. Bastem-nos apenas dois exemplos, que vamos buscar à própria Roma, junto da Congregação dos Ritos, utilizando aqui um apontamento de «Ora et Labora» [12 (1966) pp. 221-222; cf. T. Klauser, o. c.].

A consciência comum da Igreja

Quem visitar hoje a Igreja de San Venanzio, pode admirar ainda, representada em mosaicos de rara beleza, a falange dos santos dálmatas revestidos do que foram primitivamente os dois paramentos litúrgicos mais importantes, a saber, a casula e a dalmática. A casula, veste sacerdotal do bispo ou do seu representante, o presbítero, era uma veste talar, descendo até cobrir os pés, cortada em forma de sino, de tecido leve, e a maior parte das vezes de cor de cinza. A dalmática, própria do diácono e do subdiácono, era uma túnica branca, bastante ampla, de mangas largas, fazendo lembrar, pelo feitio, a actual cogula dos monges beneditinos. A dignidade e a beleza destes dois elementos da paramêntica cristã eram de todo o esplendor, de tal maneira que, com razão, se tem dito que a casula e a dalmática do tempo se enumeram entre as criações clássicas do génio humano. As linhas ovais das pregas da casula e a cor sombria realçam a digni-

dade do pastor sacerdotal da comunidade, do presbítero amadurecid pela idade. Por seu turno, as linhas simples e verticais, bem com a cor luminosa da dalmática, o recorte das mangas para facilitar acção, evocam a disponibilidade do servo, o jovem auxiliar do ce lebrante.

Codificação de formas culturais particulares...

Mau grado numerosas modificações na selecção da cor, na qua lidade do tecido e na decoração, a casula e a dalmática conservaran durante séculos a sua feição primitiva até à época barroca. Com bem conhecida e espantosa segurança de si mesmos, manifestada en todos os domínios, os homens do barroco transformaram completa mente a estrutura destas duas vestes litúrgicas. De vestes que eram bem verdadeiras, tornaram-se meros ornamentos, panos decorativos cobrindo, à maneira de escapulário, as costas e o peito do sacerdote Como a deformação barroca da casula e da dalmática se situam en plena fase de codificação litúrgica, e, por outro lado, a maior part das igrejas de Roma, de estilo barroco, exigiam esta forma de para mentos, as rubricas impuseram finalmente a casula e a dalmátic barrocas. E eis que então, por decreto de 9 de Dezembro de 1925 a Congregação dos Ritos declara não conforme com as exigência litúrgicas a casula «gótica» (por erro assim chamada).

O outro exemplo não é menos flagrante.

Desde tempos imemoriais que a primeira parte da oração euca rística terminava mencionando o louvor que o coro celeste dos anjo dirige a Deus. Neste ponto, o povo romano, a partir do século III interrompia a oração solene do celebrante para cantar o *Sanctus* cântico angélico, herdado do Velho Testamento e do culto judaic O bispo, ou padre, esperava que se acabasse de cantar, e só depoi prosseguia na recitação do cânone em voz alta. Pouco a pouco, porém perdendo-se o sentido da unidade das duas partes da oração eucarís tica, separadas pelo *Sanctus,* o celebrante deixou de cantar a segund parte do cânone, contentando-se com recitá-la, até que acabou mesm com a recitação em voz alta desta parte mais importante da grand oração eucarística. Parecia então absurdo esperar pelo fim do cant do *Sanctus* para continuar a celebração litúrgica. Sobretudo porqu o *Sanctus,* não sendo já um canto popular, mas de melodia compli cada, se tornara muito demorado e executado só pelos cantore O *Sanctus* converteu-se num elemento destinado a encher o silênci que reinava entre o fim do prefácio e a consagração. Quando o cant polifónico da época barroca desenvolveu ainda mais o *Sanctus,* intro duziu-se o costume de deixar para depois da consagração a segund parte, ou seja, o *Benedictus,* tanto mais que o sentido parecia justi ficar este procedimento. Vieram então as rubricas e eternizaram est

costume, pois que, segundo uma decisão da Congregação dos Ritos, de 14 de Janeiro de 1921, ficou interdito cantar o *Benedictus* antes da consagração. Verdadeiro disparate!

E os erros continuariam se Pio XI, avisadamente, não criasse, a 6 de Fevereiro de 1930, uma secção histórica, ao lado da Congregação dos Ritos, para impedir que os rubricistas, sem qualquer cultura da história e da teologia da liturgia, continuassem a dar decisões em desacordo com a exactidão das coisas.

A LITURGIA PROLONGA A ENCARNAÇÃO

Cultura e culto andam, por conseguinte, de mãos dadas, sobretudo em épocas de reforma. Se a obra do Concílio de Trento foi contingente e limitada, isso deve-se exactamente ao facto de que a compreensão dos Padres não foi capaz de ultrapassar a ambiência teológica, espiritual e cultural do século XVI do Ocidente, ou até da Idade Média latina, que continuava a prolongar a sua influência na Igreja. Pensando recuar às origens, às formas veneráveis do culto antigo, o concílio tridentino sancionou os livros litúrgicos do Ocidente cristão de épocas recentes. Em poucos séculos, a reforma litúrgica do século XVI manifestou-se completamente insuficiente. O movimento litúrgico, que se desenhou posteriormente, veio provar à saciedade as suas numerosas contingências. O numeroso Povo de Deus, de que se compõe a Igreja de Cristo na terra, não pode orientar-se todo por normas idênticas, fixas *ne varietur,* planetárias. A Igreja é composta de dimensões locais, e por isso, cada parcela tem à sua frente um bispo. Esta experiência aproveitou ao Concílio Vaticano II que, atento às necessidades dos tempos e dos lugares, abriu as portas às adaptações, que nunca mais serão fechadas. Baseou assim a sua reforma litúrgica, não em princípios contingentes, mas num estatuto universal, tal como convém à Igreja católica, isto é, a uma Igreja com vocação e natureza universais. Aceitou francamente, além disso, uma humanidade em progresso constante e muito diferenciada. Guardando o essencial, desconfiando das planificações exageradas, deu liberdade às aplicações práticas, para que a liturgia seja viva e própria para cada homem. Nunca se juntaram tanto, em relações de interdependência, o culto e a cultura.

Adaptação do culto às necessidades locais

Evidentemente que não se pode exigir de um nórdico que participe na missa da mesma forma que um latino, nem dum africano que se dirija a Deus em expressões ocidentais. A história dos ritos cristãos apoia inteiramente esta atitude da Igreja romana que, está

longe de introduzir uma novidade. Mas habituados que andamos à *intangibilidade da liturgia da Igreja,* temos dificuldades em admitir estes conceitos, não menos tradicionais mas esquecidos. É preciso ter a coragem para aceitar que mesmo o rito romano, apesar de toda a sua sobriedade e todo o bom senso, não convém indistintamente a todos os povos da Europa. Diríamos mesmo que até, tratando-se de povos latinos, o rígido e hierático rito romano, necessitará duma aclimatação própria em cada região.

Já se observou com razão que o Romano era mais dotado de imaginação receptiva que criadora. E Newman afirmava que, se exceptuarmos alguns grandes papas, Roma nunca deu mostras de grande originalidade. Daí que, fora de Roma, a liturgia romana sofreu as adaptações galicanas, germânicas, hispânicas, para poder ter acesso à cidadania nas novas pátrias onde era acolhida, na sua viagem de emigração. É verdade que a liturgia romana pura manifesta um espírito simples, prático, grave, alheio à poesia e ao sentimento. As fórmulas trazem a marca dum génio claro, directo, sem enredos complicados; uma ordem, uma precisão, uma severidade de linhas, disciplina, dignidade, sobriedade que fazem da eucologia litúrgica ocidental um monumento de arte e de beleza. Só que para quem não é um romano clássico, essa liturgia é distante, fria, demasiado esquemática, sem mistério, sem imaginação, sem exuberância e sentimento, por assim dizer, longe das correntes da vida e alheia ao contexto das determinadas situações do homem concreto.

Em suma, a liturgia romana não satisfaz hoje inteiramente todos os povos. E à medida que ela vai sendo posta na linguagem de cada um, mais se verificam as suas limitações para responder a todas as necessidades. No cristianismo, no entanto, existe a lei da Encarnação que resolve todos estes problemas, desde que seja observada. Não se dirige só à liturgia; tem uma aplicação geral.

A ATITUDE LÚCIDA DE PAULO

Quando a revelação foi dada a Israel, ela vinha revestida numa linguagem e mentalidade semíticas. Quando apareceu o cristianismo a sua mensagem tomou primeiro uma expressão bem local. Logo porém, que da Palestina o cristianismo se difundiu pelo mundo helenístico, dominado pela cultura prestigiosa de Sócrates, Platão, Aristóteles, vasou-se nesta forma de pensamento em que ainda hoje mergulhamos, e deu origem à civilização ocidental. São Paulo propôs o exemplo. Vemo-lo no areópago de Atenas, discursando a toda um

plêiade de filósofos e homens doutos, esforçando-se por apresentar a Boa Nova através de conceitos gregos familiares aos ouvintes, servindo-se de uma linguagem e de termos comuns. O fermento do Evangelho estava destinado a levedar toda e qualquer massa, porque a mensagem de Cristo era dirigida a todos os homens, a todas as raças, a todas as culturas, para animar, transformar, realizar a vida de qualquer latitude. É errónea a noção moderna de que o cristianismo é solidário de determinada civilização, seja ela a civilização do velho Ocidente cristão. A atitude pronta do Apóstolo das nações, que se decide de alma aberta, sem qualquer hesitação, a traduzir numa linguagem abstracta e pagã uma revelação sagrada, transmitida e mantida em mentalidade semítica sobremaneira concreta, deve ser considerada como um comportamento de uma tal lucidez que, graças a ele, o cristianismo foi salvo como redenção universal, saí de toda a terra. Que teria acontecido se São Paulo tivesse pensado, a exemplo de algumas gerações que nos precederam, que a sua obrigação, ao resolver problemas postos por culturas e mentalidades diferentes ou até opostas, era recusar-se a toda a aclimatação? Mas o Apóstolo soube ver que não se tratava de converter o mundo helénico a um vocabulário, mas de lhe trazer a realização e a plenitude que ele há muito procurava. A atitude e o rasgo de Paulo, nos primórdios da evangelização, marcam um acontecimento histórico da maior importância e uma lição a orientar a marcha da Igreja, através dos tempos e das civilizações.

A liturgia — lugar de encontro hoje com o Senhor

A Igreja de hoje quer adoptar a mesma atitude. O seu esforço começou pelo culto, e as suas concessões não se limitaram à língua, à simples tradução de textos, mas ao problema da expressão total. Não tardará que, acabado o trabalho de versão dos textos, se verifique que, a ficar limitada à língua, a reforma é insuficiente. Então a liturgia será novamente arrastada para a vida concreta, envolvida no destino humano, submetida ao ritmo dos séculos, atraída às evoluções, plasmada pelas gerações. O passo decisivo foi dado. O importante era começar por tocar neste bloco monolítico, até agora impenetrável. A liturgia deixa de ser um rito, para se transformar no lugar do encontro com o Senhor, para se revelar como linguagem sempre nova, de Deus com os homens e dos homens com Deus.

D. ÂNGELO DE OLIVEIRA

REPA

SOCIEDADE PORTUGUESA DE PAPÉIS E DE REPRESENTAÇÕES, LDA.

ANTIGA SOCIEDADE ZIG-ZAG

★ **ROLOS DE PAPEL:** para:

Somadoras e Calculadoras
Registadoras e relógios de ponto
Teleimpressores

★ **CORTE E BOBINAGEM** de todos os papéis, cartolinas e cartões

IMPRESSOES ESPECIAIS EM BOBINAS PARA MÁQUINAS DE EMBALAGENS

★ **PAPÉIS HIGIÉNICOS** nacionais e estrangeiros

★ **TOALHAS DE PAPEL** (para enxugar as mãos) e **GUARDANAPOS DE PAPEL** de ovate de celulose

★ **ARTIGOS DE PAPELARIA E BRINDES:**

Isqueiros a gás
Porta-chaves e esferográficas com motivos turísticos
Novidade (exclusiva) esferográfica com a «Ponte sobre o Tejo» e navio em movimento.

AVENIDA DO BRASIL, 56-2.° • LISBOA-5

TELEFS. 77 46 37 - 76 93 03 TELEG. ZIGAPEIS

a Palavra e o Tempo — 1968

A FÉ

Viver da Fé hoje
Conversões que a Igreja sente
dever fazer para transmitir a Mensagem

OS LEIGOS

Uma esperança conciliar
que quer concretizar-se
Presença dialogante da Igreja
no nosso país — estruturas a promover

OS PADRES

O inquérito que vamos lançar,
dir-nos-á o que quereis
que este número seja

O MUNDO RURAL

O diálogo da Igreja com o mundo
no meio rural português

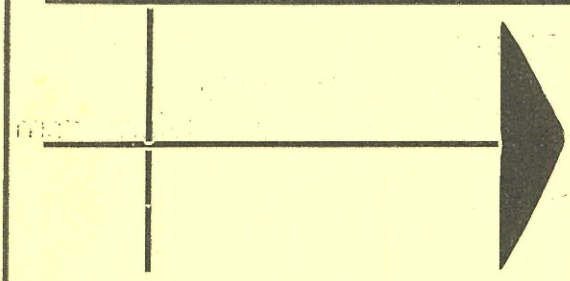
OURIVESARIA ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e no Estrangeiro

As mais especializadas oficinas para a esmerada confecção de todos os objectos do Culto Católico

PORTO — Rua das Flores, 119-121 / LISBOA — Rua Garrett (Chiado), 50

BURROUGHS



A MARCA MAIS ANTIGA
E MAIS CONHECIDA
NO MUNDO
DE MÁQUINAS DE SOMAR

ROBINSON, BARDSLEY S.A.R.L.

AVENIDA 24 DE JULHO, 3-1.º • LISBOA

Fábrica ADICO
de ADELINO DIAS COSTA & C.A L.DA

AGÊNCIAS:

- LISBOA — Rua Nova do Almada, 61
- PORTO — Rua do Carmo, 8
- COIMBRA — Avenida Sá da Bandeira, 73

Mobiliário Metálico para todos os fins:

CIRÚRGICO • HOSPITALAR
DOMÉSTICO • DECORATIVO
CAFÉS • ESPLANADAS
EXPORTAÇÃO

(Desmontável)

Exposição permanente na Fábrica **AVANCA** - Tel. 44102 - Teleg. ADICO

LIVROS RECEBIDOS

EL PADRE — Paul Gallet (apresentado por Jean-Marie Perret) — col. «Visages du Christ», les éditions ouvrieres, um vol. 11,5×16,5 de 272 páginas

Que significa hoje «ser padre»? E, primeiramente, para que serve um padre? Um padre pode ser verdadeiramente feliz? — Para quem formula estas questões, só a vida dum padre de hoje lhe pode responder de maneira convincente.

É a sua vida de padre, que Paul Gallet nos dá a conhecer, ao aceitar com certas reservas, bem compreensíveis, a transcrição das suas cartas. Vivendo bastante tempo como simples padre em França, ele foi enviado pelo seu Bispo para uma diocese do Brasil. De lá, para permanecer unido à sua diocese francesa, envia as suas notícias através de «cartas circulares». Estas, acrescentadas de cartas à sua família e de notas pessoais, constituem a matéria de «el Padre».

E no decorrer destas páginas, sem preparação porque não se destinavam a ser publicadas, mas tão vivas e comunicativas — ele nos afirma o que constitui para ele crer em Jesus Cristo no ministério diário; o que constitui a sua maneira de compreender o Reino que chega, tanto para os bons praticantes como na imensa massa dos outros; como a solidariedade e caridade dos humildes começa a fazer retroceder (penosamente) a miséria; ele nos conta a maravilhosa Nova que é o Evangelho descoberto pela primeira vez num bairro de lata e a força de libertação e de metamorfose que dele salta para uma «revolução do Amor». Os homens empertigam-se, os militantes dão-se de corpo e alma ao serviço dos seus irmãos; o Povo de Deus caminha. É a Alegria de cada dia.

Revelando a vida de um padre de hoje, esta correspondência faz-nos por conseguinte tomar consciência das comunidades cristãs da América Latina, comunidades cujas imensas necessidades

são ainda pouco conhecidas pelos cristãos de França. Sugere-nos ainda como é urgente a ajuda de padres estrangeiros para estas Igrejas em pleno crescimento.

LES HERITIERS DU ROYAUNE — Elexis Hopital, col. «Lumiere des Homes» — Les édition ouvrieres

Nenhuma objecção pode subsistir diante da necessidade que é sempre imposta à Igreja, e que se impõe a ela duma maneira muito especial duma renovação no sentido do pobre.

Tem-se falado da Igreja dos pobres e da pobreza da Igreja no Concílio mas as palavras não chegam: é preciso a prática.

Ora precisamente, a obra de Alexis Hopital mostra como padres, comunidades cristãs, movimentos da Acção Católica podem agir de tal maneira que torne patente a todos a predilecção da Igreja pelos pobres de Jesus Cristo. Este livro convida-nos primeiramente a tomar interiormente uma atitude de pobre e de pequeno. É o essencial... Não tenhamos ilusões. Não é através de decretos que se realizará a Igreja dos pobres; é através do diálogo dos cristãos que a Igreja poderá apresentar-se a Igreja dos pobres, pois que ela o será verdadeiramente.

CHRETIENS DE PLEIN VENT — Michel Guery, les éditions ouvrieres. Um vol. 13,5 × × 18 de 256 páginas, 15,75

Esta obra pretende, em nossos dias, ajudar o leitor a reflectir no meio da sua vida trepidante, agitada.

Na verdade, diàriamente, o mundo — pela TV, Rádio e Imprensa — força a entrada e penetra na nossa casa e na nossa consciência. E os cristãos são tomados de vertigem diante deste mund que muda com uma rapidez estonteant e os sufoca. Por outro lado não queren ser estáticos. Eles não sonham com «un outro mundo» mas com «um mundo di ferente» deste que conhecemos e que rem estar lado a lado com todos os ho mens de boa vontade, apaixonados d justiça, de paz, de liberdade e de feli cidade para todos.

«Chrétiens de plein vent» quer ajudá -los a porem-se em questão e permitir -lhes este reflorir evangélico que tant falta lhes faz. A esposa poderá oferecê -lo a seu marido, o pai a seus filhos, padre a seus militantes jovens ou adul tos. Os padres por outro lado encontra rão nele matéria para enriquecer um reunião, uma recolecção ou uma prega ção dominical.

«Chrétiens de plein vent» foi «dito antes de ser escrito: é de notar então seu estilo simples, directo, dinâmico figurado.

Estas páginas ajudarão os que as lerem a tornarem-se «cristãos conciliares».

LA JUSTICE ET LA PAIX — Les éditions ouvrieres, col. «Concile et messes» — Um vol. 11,5 × 18, de 144 páginas

Esta obra é consagrada ao tema d justiça e da paz no Concílio. A primeir parte desta obra permitirá ao leitor descobrir como este tema apareceu aos Padres conciliares pouco a pouco, até tomar lugar preponderante nos trabalho das últimas semanas. A segunda part apresenta o pensamento do Concíli duma maneira sintética, em três capítulos que constituem os três tempos dum «dinâmica de paz»: pela justiça, contr a guerra, pela paz.

A obra redigida numa linguagem simples e sem tecnicismos é composta duma série de capítulos curtos e bem ordenados. O vasto público poderá assim conhecer o ensinamento do Concílio sobre uma das questões que preocupam grandemente o mundo actual.

LA LIBERTÉ D'APPRENDRE — JUSTIFICATIONS POUR UN ENSEIGNEMENT NON DIRECTIF — Daniel Hameline, Marie-Joelle Darrelin — Col. «Points d Appui» — Éditions Ouvrieres

O interesse do público em questões tocantes à renovação da pedagogia encontra-se em paralelo com as incertezas e preocupações que a situação presente do ensino e da educação acarretam. A numerosa literatura publicada nos últimos meses é disso testemunha. Entre as perspectivas marcantes situa-se a inspiração não directiva. *Revelada agora ao grande público, esta atitude pedagógica é muitas vezes vítima duma informação fragmentária onde os contra-sensos não são raros.*

Por outro lado, mestres e pais, animadores e responsáveis de movimentos, têm-se interrogado sobre o bem-fundado e a validade duma tal orientação pedagógica. A experiência que têm da profissão educativa, ou simplesmente da situação escolar, condu-los a uma relativa prudência.

É precisamente um livro-resposta *que publicamos. Sobre os problemas que nascem da experiência pedagógica — D. Hameline et M.-J. Dardelin respondem com factos baseados numa experiência pedagógica, a que dirigiram de 1962 a 1967 no quadro do ensino secundário. Através de passagens vivas e muitas vezes coloridas, da evolução de quatro classes não directivas, através da reflexão que esta experiência inspira nos outros, um certo número de questões encontram um princípio de solução:*

— Que será a disciplina e o trabalho pessoal numa classe não directiva?

— Como se concebe aí o papel do mestre?

— Pode ampliar-se o campo dum tal método?

— Qual a relação entre esta pedagogia e os métodos activos ou a dinâmica dos grupos?

— Será preciso suprimir os cursos magistrais? Como se opera o «contrôle» das aquisições e o respeito pelo programa?

— Como é que uma experiência deste estilo se pode inserir num estabelecimento em regime tradicional?

— Qual a incidência duma tal mudança sobre os resultados escolares e, particularmente, os resultados dos exames?... etc....

E uma vez que as questões práticas aqui se encontram esclarecidas, é principalmente um espírito pedagógico renovado que se adquire ou que se encontra confirmado na leitura destas estimulantes páginas, que têm além disso uma perspectiva filosófica das relações humanas.

EDUCATION SELON L'EVANGILE — An-Ravier. Les éditions ouvrieres. 1 vol. 13,5×18 de 240 páginas

Falou-se da explosão escolar; poder-se-ia também falar da ruína da educação. Tudo se passa como se Pais e Mes-

tres julgassem a «educação impossível» — e para o futuro vencidos perante as suas dificuldades. Que certas formas de educação estejam ultrapassadas, quem o contestará? Mas daí a aboli-la! Que cobardia! Quanto mais as forças anti-educativas da rua, do meio, do pensamento contemporâneo se desenvolvem, mais necessário se revela conceber um alto ideal de educação e nele crer. Hoje como ontem, crianças como adolescentes esperam ser ajudados e amados. Hoje de forma diferente da de ontem? Sem dúvida. O autor coloca aqui, à disposição de todos os educadores, a sua longa experiência: o seu livro não foi escrito à mesa de secretária, mas «na rua», em contacto com os casos concretos, reais. Este livro, escreve Jacques de Bourbon-Busset no prefácio, é duma prática que não ignora nada da teoria. Nem dos seus limites. Feliz e raro equilíbrio entre o pensamento e a acção.

Na confusão actual dos Pais e Educadores, eis uma luz simples, honesta, saudável... Ela vem direito ao Evangelho, do Evangelho vencido dia a dia, face aos problemas de jovens e adolescentes.

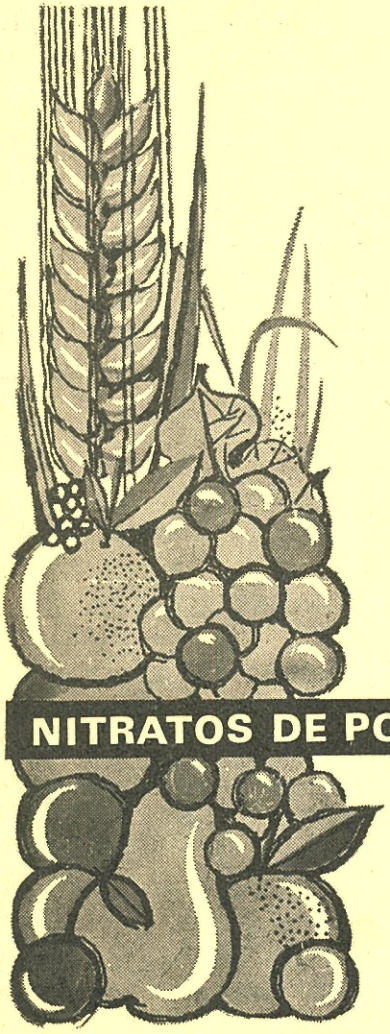
BILAN ET PROSPECTIVE DU CATHOLICISME AU JAPON — ean Monsterleet, col. «Christianisme Contemporain». Les éditions Ouvrieres. 1 vol. 14×19 de 144 páginas

Em «Bilan et prospective du catholicisme au Japon» o autor prossegue a obra começada com «l'Eglise du Japon des temps foedaux à nos jours». Depois do Vaticano II é oportuno interrogarmo-nos sobre o futuro da Igreja no Japão. Esta perspectiva determinou a escolha dos capítulos e a orientação do livro: Clero e vida profissional... Uma Igreja de mulheres?... 6000 religiosas, com que finalidade?... Evangelização pela escola católica... fora das escolas católicas... A Igreja e as lições de Sôka Gakkai... Problemas duma Igreja missionária... O Protestantismo no Japão. É interessante comparar os problemas da Igreja missionária do Japão com os da Igreja de França, país de missão: o autor sugere-o em vários passos, resultando daí uma reflexão que poderá ser muito útil. Com efeito, se este livro visa dar o maior número possível de informações sobre o estado presente do Catolicismo no Japão, procura igualmente provocar uma reflexão sobre o que poderá ser o mundo de amanhã.

NITRATOS DE PORTUGAL

S. A. R. L.

RUA DOS NAVEGANTES, 53-2.º **LISBOA**



Em apenas cinco anos de actividade industrial

NITRATOS DE PORTUGAL

únicos produtores de

NITROLUSAL
NITRAPOR e
NITRATO DE CÁLCIO

produziram mais de 700 000 toneladas destes magníficos adubos de valor superior a

1 100 000 contos

e fizeram em exportações cerca de

230 000

de divisas com as quais ajudaram a defender o Ultramar

NÃO POUPE NOS ADUBOS!

NITRATOS DE PORTUGAL, S.A.R.L.

N N N N

Os adubos dos NNNN são sem dúvida, os **ADUBOS DAS BOAS COLHEITAS**

Prefira-os

FÁBRICAS ALELUIA—AVEIRO

TELEFONE 2 20 61 — 3 LINHAS

AZULEJOS — LOUÇAS

LISBOA
RUA RODRIGO DA FONSECA, 70, R/C., ESQ.
TELEFONE 5 48 72

PORTO
GALERIA DE PARIS, 95, 1.º
TELEFONE 2 70 12

AGENCIA MAGNO

FUNDADA EM 1874

R. DE SANTA MARTA, 52-A, 56-A — **LISBOA** — TELEFS. **53 41 67 - 4 31 89 - 66 27 72**
CASCAIS — 28 00 22

ANUÁRIOS «KELLY'S» E «BOTTIN»

Membro da ASSOCIATION EUROPÉENNE DE THANATOLOGIE (A. E. T.)

Filiada na NATIONAL SELECTED MORTICIANS (U. S. A.)

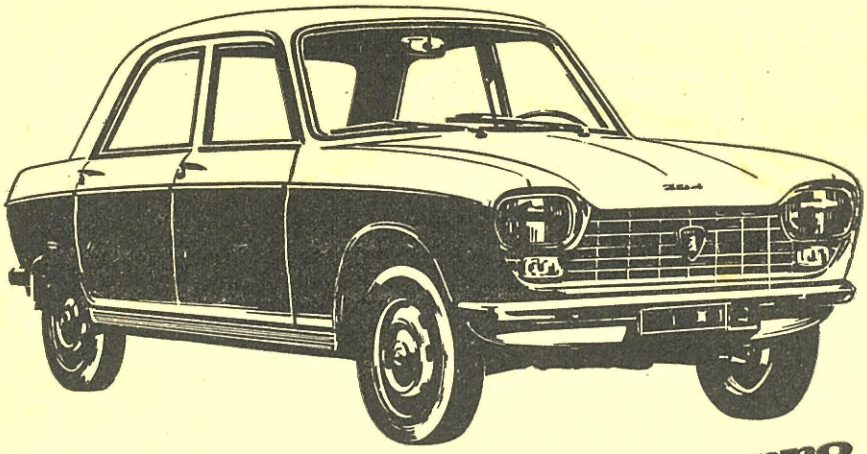
HORÓPTICA, LDA.

OCULISTA

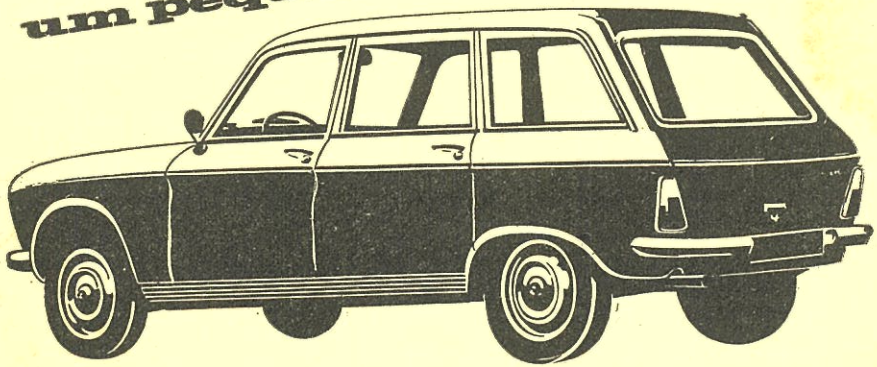
Rua de Santa Justa, 27—LISBOA

Execução de todo o receituário de óptica sob a direcção de óptico diplomado na Escola Superior de Óptica de Colónia — Alemanha

LENTES DE CONTACTO



um pequeno grande carro



204
PEUGEOT

MOTOR · disposto transversalmente inclinado a 20°
Super quadrado — 4 cilindros
Cilindrada — 1130 c.c.
Taxa de compressão — 8.8/1
Potência — 58 HP
Regimen — 5 800 r.p.m.
Cabeça em alumínio de câmaras bi-hemisféricas
Válvulas à cabeça
Cambota de 5 apoios
EMBRAIAGEM · de comando hidráulico
CAIXA DE VELOCIDADES · 4 velocidades para a frente, todas sincronizadas
SUSPENSÃO · traseira e dianteira independente
DIRECÇÃO · de cremalheira
TRAVÕES · de disco à frente, atrás de tambores, assistidos com servo-freio
PNEUS · 145 x 14
CONSUMO · entre 6, 8 e 8,5 l aos 100 Kms, segundo carga, percurso e velocidade
VELOCIDADE MÁXIMA · 142 Km/h

MOCAR, LDA.

Av. Ant. Aug. de Aguiar, 19-A, 19-B – LISBOA

CLARAS

CAMIONAGEM
TORRES NOVAS

Carreiras de passageiros / Circuitos turísticos - Portugal e estrangeiro
Autocarros para alugueres / Autocarros para excursões
Automóveis de aluguer / Transportes de carga

Sede em Torres Novas, no Largo General Barracho, n.º 16 — Telefone PBX n.º 22003

FILIAIS EM: **ABRANTES — Rua N.ª S.ª da Conceição - Telef. 36. ALCOBAÇA — Rua de Leiria - Telef. 42221. ALCOENTRE — Rua Principal - Telef. 16. BOMBARRAL — Largo da Câmara. CALDAS DA RAINHA — Rua Coronel Soeiro de Brito - Telef. 22067/68. CHAMUSCA — Rua Cândido dos Reis - Telef. 76273. COVA DA IRIA — Telef. 47211. LEIRIA — Largo 5 de Outubro - Telef. 22376. LISBOA — Rua Cidade Liverpool, n.º 14-C - Telef. 842066. LOURINHÃ — Largo António Granjo - Telef. 104. MARINHA GRANDE — Avenida Nova - Telef. 98417. NAZARÉ — Avenida Vieira Guimarães - Telef. 46172. PENICHE — Praça Jacob R. Pereira — Telef. 99133. RIO MAIOR — Largo da Praça - Telef. 33. SANTARÉM — Campo Sá da Bandeira - Telef. 449. TOMAR — Avenida Torres Pinheiro - Telef. 32710. TORRES VEDRAS — Avenida 5 de Outubro - Telef. 22. VILA FRANCA DE XIRA — Largo da Estação - Telef. 295. VILA NOVA DE OURÉM — Avenida Nuno Álvares Pereira - Telef. 42132.**

SOCIEDADE AGRO-VITIVINÍCOLA S. JORGE, L.DA

TELEFONE 91201

CARREGADO — PORTUGAL

Representantes exclusivos dos tractores de rasto e de rodas e das *Lamborghini*

Prensas horizontais **«VASLIN»**

A PRENSA DE MAIOR VENDA NO MUNDO

MÁQUINAS PARA A AGRICULTURA E VINICULTURA

Grande stock de armações e óculos de sol das mais reputadas procedências



OCULISTA DO POÇO DOS NEGROS

DEPOSITÁRIO DAS MELHORES MARCAS DE LENTES
— ZEISS • ESSEL • BAUSCH & LOM • ORMA 1000
E OUTRAS BOAS MARCAS

BIFOCAIS, PROGRESSIVAS E DE CONTACTO

Executa receituário médico e outros trabalhos em óculos em poucos minutos

Caixas de Previdência e outros Organismos. As melhores condições

RUA POÇO DOS NEGROS, 65 (AO CONDE BARÃO) — LISBOA

Fazer da cultura pão quotidiano é dar a cada um lugar para que no encontro com a verdade da vida abra o coração Àquele que faz de cada homem outro homem, e dos homens em comunhão, Reino de Deus

(da editorial deste número)